



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2025

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2025	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2025	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2025	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2025	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2025	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2025	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS	20
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	20
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS)	20
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	23
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	32
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	33
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	34
NE 5 - INGRESSOS	34
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	37
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL	38
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE	39
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	41
NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL	45
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	48
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	48
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL	49
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	50
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	50
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	51

NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	52
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	52
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	52
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	53
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	54
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	54
NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	55
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	55
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	56
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	57
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	58
NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	60
PASSIVOS CONTINGENTES.....	65
NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES	65
CUSTOS OPERACIONAIS	65
NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS	66

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que elas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 23 de março de 2026

LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2025

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	RECEITA			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		33.625.614,00	33.625.614,00	34.287.956,94	662.342,94
Receita Patrimonial		33.625.614,00	33.625.614,00	29.095.894,90	-4.529.719,10
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		813.652,00	813.652,00	420.426,40	-393.225,60
Cessão de Direitos		32.811.962,00	32.811.962,00	28.675.468,50	-4.136.493,50
Receitas de Serviços		-	-	4.492.850,00	4.492.850,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	4.492.850,00	4.492.850,00
Outras Receitas Correntes		-	-	699.212,04	699.212,04
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	699.212,04	699.212,04
SUBTOTAL		33.625.614,00	33.625.614,00	34.287.956,94	662.342,94
DEFICIT				2.406.742.995,67	2.406.742.995,67
TOTAL		33.625.614,00	33.625.614,00	2.441.030.952,61	2.407.405.338,61
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	194.562.760,00	-	-194.562.760,00
Créditos Cancelados		-	194.562.760,00	-	-194.562.760,00

Em R\$

	2	DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		2.225.744.849,00	2.434.659.162,00	2.429.835.853,90	2.403.509.480,15	2.383.546.165,51	4.823.308,02
Pessoal e Encargos Sociais		1.845.951.194,00	2.022.596.751,00	2.020.005.444,40	2.014.413.102,56	1.999.074.313,30	2.591.306,60
Outras Despesas Correntes		379.793.655,00	412.062.411,00	409.830.409,58	389.096.377,59	384.471.852,21	2.232.001,42
DESPESAS DE CAPITAL		2.601.845,00	11.218.665,00	11.195.098,63	2.339.493,60	2.265.311,55	23.566,37
Investimentos		2.601.845,00	11.218.665,00	11.195.098,63	2.339.493,60	2.265.311,55	23.566,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		32.811.962,00	9.843.589,00	-	-	-	9.843.589,00
TOTAL		2.261.158.656,00	2.455.721.416,00	2.441.030.952,61	2.405.848.973,75	2.385.811.477,06	14.690.463,39

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		3.343.373,46	26.645.752,09	19.283.456,64	19.235.784,34	8.563.122,33	2.190.218,88
Pessoal e Encargos Sociais		597.462,59	6.460.098,43	4.076.424,60	4.076.424,60	2.981.136,42	-
Outras Despesas Correntes		2.745.910,87	20.185.653,66	15.207.032,04	15.159.359,74	5.581.985,91	2.190.218,88
DESPESAS DE CAPITAL		54.795,36	8.293.780,53	7.235.784,34	7.235.784,34	10.114,93	1.102.676,62
Investimentos		54.795,36	8.293.780,53	7.235.784,34	7.235.784,34	10.114,93	1.102.676,62
TOTAL		3.398.168,82	34.939.532,62	26.519.240,98	26.471.568,68	8.573.237,26	3.292.895,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		166.070,65	26.990.853,07	27.007.798,02	12.114,62	137.011,08
Pessoal e Encargos Sociais		549,96	23.094.499,15	23.095.049,11	-	-
Outras Despesas Correntes		165.520,69	3.896.353,92	3.912.748,91	12.114,62	137.011,08
DESPESAS DE CAPITAL		-	721.223,57	721.223,57	-	-
Investimentos		-	721.223,57	721.223,57	-	-
TOTAL		166.070,65	27.712.076,64	27.729.021,59	12.114,62	137.011,08

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO FINANCEIRO – 2025

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

INGRESSOS	NE 5	2025	2024	DISPÊNDIOS	NE 6	2025	2024
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		2.478.241.754,07	2.309.463.536,68
				Recursos Não Vinculados		2.036.510.061,01	1.805.199.161,25
				Recursos Vinculados		441.731.693,06	504.264.375,43
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	91.952.058,00
				Previdência Social (RPPS)		381.408.912,00	361.312.153,00
				Fundos, Órgãos e Programas		60.322.781,06	51.000.164,43
Transferências Financeiras Recebidas		2.532.868.332,67	2.229.039.498,07	Transferências Financeiras Concedidas		118.339.420,46	91.985.551,90
Resultantes da Execução Orçamentária		2.453.835.473,06	2.201.988.887,21	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Repasse Recebido		-	5.413,50				
Sub-repasse Recebido		2.453.835.473,06	2.201.983.473,71				
Independentes da Execução Orçamentária		79.032.859,61	27.050.610,86	Independentes da Execução Orçamentária		118.339.420,46	91.985.551,90
Transferências Recebidas para Pagam. de RP		45.447.134,46		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-	3.319.582,01
Demais Transferências Recebidas		856.286,00	9.931.784,62	Demais Transferências Concedidas		19.276,25	9.699,98
Movimentação de Saldos Patrimoniais		32.729.439,15	17.118.826,24	Movimento de Saldos Patrimoniais		118.320.144,21	88.656.269,91
Recebimentos Extraorçamentários		190.054.820,31	186.059.094,42	Pagamentos Extraorçamentários		65.818.583,41	30.082.683,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		20.039.036,69	27.702.424,12	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		27.729.021,59	5.936.362,51
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.181.978,86	34.957.733,32	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		26.489.769,38	15.275.910,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.261.215,94	22.957.237,24	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.071.296,87	3.579.219,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários		121.572.588,82	100.441.699,74	Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.528.495,57	5.291.190,60
Ordens Banc. não Sacadas - Cartão de Pagam.		2.441,00		Demais Pagamentos		2.528.495,57	5.291.190,60
Arrecadação de Outra Unidade		121.570.147,82	100.441.699,74				
Saldo do Exercício Anterior		89.826.046,15	106.259.225,65	Saldo para o Exercício Seguinte		150.349.441,19	89.826.046,15
Caixa e Equivalentes de Caixa		89.826.046,15	106.259.225,65	Caixa e Equivalentes de Caixa		150.349.441,19	89.826.046,15
TOTAL		2.812.749.199,13	2.521.357.818,14	TOTAL		2.812.749.199,13	2.521.357.818,14

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO PATRIMONIAL – 2025

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	7	165.496.524,30	108.501.760,19	PASSIVO CIRCULANTE		636.252.875,38	240.320.141,72
Caixa e Equivalentes de Caixa		150.349.441,19	89.826.046,15	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		455.636.499,07	187.204.216,55
Créditos a Curto Prazo		13.971.892,96	17.103.838,75	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		11.604.396,70	6.262.411,86
Demais Créditos e Valores		13.971.892,96	17.103.838,75	Provisões a Curto Prazo		125.584.035,47	440.950,51
Estoques a Curto Prazo		1.062.462,99	1.406.067,82	Demais Obrigações a Curto Prazo		43.427.944,14	46.412.562,80
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo		112.727,16	165.807,47				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	794.357.926,75	787.781.909,24	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.106.346,57	1.248.670,35	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9	636.252.875,38	240.320.141,72
Créditos a Longo Prazo		1.106.346,57	1.248.670,35				
Demais Créditos e Valores		1.106.346,57	1.248.670,35				
Imobilizado		781.409.155,20	776.748.580,66				
Bens Móveis		58.431.451,48	63.533.622,28	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis		166.951.846,86	168.935.340,40	Demais Reservas		175.021.690,54	160.974.780,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-108.520.395,38	-105.401.718,12	Resultados Acumulados		148.579.885,13	494.988.746,97
Bens Imóveis		722.977.703,72	713.214.958,38	Resultado do Exercício		-282.155.549,49	-91.223.830,30
Bens Imóveis		723.926.553,77	713.505.192,86	Resultados de Exercícios Anteriores		494.988.746,97	585.096.285,72
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-948.850,05	-290.234,48	Ajustes de Exercícios Anteriores		-64.253.312,35	1.116.291,55
Intangível		11.842.424,98	9.784.658,23	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	323.601.575,67	655.963.527,71
Softwares		11.842.424,98	9.784.658,23				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-				
TOTAL DO ATIVO		959.854.451,05	896.283.669,43	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		959.854.451,05	896.283.669,43

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO		150.349.441,19	89.826.046,15	PASSIVO FINANCEIRO		82.303.207,12	85.693.974,35
ATIVO PERMANENTE	11	809.505.009,86	806.457.623,28	PASSIVO PERMANENTE	12	582.115.933,79	184.780.410,39
				SALDO PATRIMONIAL	13	295.435.310,14	625.809.284,69

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		6.496.840,44	7.803.027,35	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		266.750.108,61	162.020.207,90
Atos Potenciais Ativos		6.496.840,44	7.803.027,35	Atos Potenciais Passivos		266.750.108,61	162.020.207,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		4.870.245,22	5.968.431,01	Obrigações Contratuais a Executar		266.750.108,61	162.020.207,90
Direitos Contratuais a Executar		1.626.595,22	1.834.596,34				
TOTAL	14	6.496.840,44	7.803.027,35	TOTAL	15	266.750.108,61	162.020.207,90

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
Recursos Não Vinculados			12.539.442,95
Recursos Vinculados			55.506.791,12
Fundos, Órgãos e Programas			55.506.791,12
TOTAL	16		68.046.234,07

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2025

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17	2.654.480.043,77	2.337.380.161,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		71.231.791,54	63.396.767,41
Taxas		71.231.791,54	63.396.767,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		46.285.663,39	33.282.825,09
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		46.285.663,39	33.282.825,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		51.606,80	62.121,18
Juros e Encargos de Mora		2.234,35	5.207,63
Variações Monetárias e Cambiais		49.372,45	56.913,55
Transferências e Delegações Recebidas		2.532.898.289,74	2.236.741.998,07
Transferências Intragovernamentais		2.532.868.332,67	2.229.039.498,07
Outras Transferências e Delegações Recebidas		29.957,07	7.702.500,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		1.136.359,19	125,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.136.359,19	125,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.876.333,11	3.896.323,97
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.876.333,11	3.896.323,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18	2.936.635.593,26	2.428.603.991,71
Pessoal e Encargos		1.547.778.496,24	1.446.547.188,16
Remuneração a Pessoal		1.238.949.119,80	1.171.700.684,14
Encargos Patronais		203.917.258,47	183.016.140,77
Benefícios a Pessoal		92.672.200,42	79.749.226,81
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.239.917,55	12.081.136,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		698.693.767,32	637.976.491,41
Aposentadorias e Reformas		524.856.800,69	465.701.417,77
Pensões		58.427.741,13	54.436.006,81
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		115.409.225,50	117.839.066,83
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		199.899.670,66	178.592.237,80
Uso de Material de Consumo		4.857.554,73	4.447.126,69
Serviços		182.877.518,41	163.507.579,55
Depreciação, Amortização e Exaustão		12.164.597,52	10.637.531,56
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		315.425.697,78	22.581.659,68
Juros e Encargos de Mora		42.188.420,97	42.352,55
Variações Monetárias e Cambiais		273.237.276,81	22.539.307,13
Transferências e Delegações Concedidas		125.049.198,83	116.024.427,01
Transferências Intragovernamentais		118.339.420,46	91.985.551,90
Outras Transferências e Delegações Concedidas		6.709.778,37	24.038.875,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		38.365.248,78	17.489.926,64
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		673.522,61	-
Perdas Involuntárias		40.781,33	3.432,15
Incorporação de Passivos		37.338.469,03	15.600.428,77
Desincorporação de Ativos		312.475,81	1.886.065,72
Tributárias		7.607.651,02	6.075.682,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		333.788,12	320.017,78
Contribuições		7.273.862,90	5.755.664,82
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.815.862,63	3.316.378,41
Premiações		24.293,50	60.720,00
Constituição de Provisões		67,63	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		3.791.501,50	3.255.658,41
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19	-282.155.549,49	-91.223.830,30

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2025

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20	70.745.714,50	-3.455.959,23
INGRESSOS		2.667.699.696,43	2.352.438.435,05
Outros Ingressos Operacionais		2.667.699.696,43	2.352.438.435,05
Ingressos Extraorçamentários		13.261.215,94	22.957.237,24
Transferências Financeiras Recebidas		2.532.868.332,67	2.229.039.498,07
Arrecadação de Outra Unidade		121.570.147,82	100.441.699,74
DESEMBOLSOS		-2.596.953.981,93	-2.355.894.394,28
Pessoal e Demais Despesas		-2.282.734.864,76	-2.077.796.885,33
Judiciário		-1.661.789.089,09	-1.539.173.917,61
Previdência Social		-565.353.483,37	-511.812.026,53
Encargos Especiais		-55.594.733,30	-26.810.941,19
(+/-) Ordens Banc. não Sacadas - Cartão de Pagam.		2.441,00	-
Transferências Concedidas		-184.279.904,27	-177.241.547,04
Intragovernamentais		-184.279.904,27	-177.241.547,04
Outros Desembolsos Operacionais		-129.939.212,90	-100.855.961,91
Dispêndios Extraorçamentários		-9.071.296,87	-3.579.219,41
Transferências Financeiras Concedidas		-118.339.420,46	-91.985.551,90
Demais Pagamentos		-2.528.495,57	-5.291.190,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	-10.222.319,46	-12.977.220,27
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-10.222.319,46	-12.977.220,27
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.195.507,13	-12.977.220,27
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.026.812,33	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		60.523.395,04	-16.433.179,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		89.826.046,15	106.259.225,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	22	150.349.441,19	89.826.046,15

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2025

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2025		655.963.527,71
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	-64.253.312,35
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	25	14.046.909,80
Resultado do Exercício		-282.155.549,49
Saldo Final do Exercício 2025	23	323.601.575,67

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas se baseiam na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2025 os registros contábeis foram baseados no MCASP 11ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2025.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Secretaria de Auditoria Interna, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.

INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 2 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 367 Magistrados e 3.043 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivos Estratégicos por Perspectivas**
 - ✚ **Sociedade:** promover o trabalho decente e a sustentabilidade; fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
 - ✚ **Processos Internos:** garantir a duração razoável do processo; promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas; garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.
 - ✚ **Aprendizagem e Crescimento:** aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.
- **Missão:** realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;
- **Visão de futuro:** Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país;

-
- **Atributos de valor:** Acessibilidade; Comprometimento; Efetividade; Eficiência; Ética; Inovação; Respeito à diversidade; Segurança jurídica; Responsabilidade Socioambiental; Transparência; Valorização das pessoas; Celeridade; Credibilidade; Solidariedade Social; Agilidade e Sustentabilidade.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e Equivalentes de Caixa: são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos em garantia vinculados a contratos de serviços e cauções.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques: compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.

Ativo realizável a Longo Prazo: compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras à Funpresp-Jud e a adiantamentos concedidos a pessoal e não devolvidos a serem encaminhados para inscrição em dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No caso da Funpresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

Imobilizado: é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação: o registro da depreciação mensal dos bens imóveis cadastrados no Sistema de Patrimônio da União é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade; compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema de Controle de Material e Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região. A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.

Intangível: contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido

o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Amortização: o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida será o prazo da licença de uso contratual ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04, de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com as datas de recebimento/ateste informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/ateste); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares). Atualmente, não há bens intangíveis com vida útil definida que ensejam a apuração de amortização.

Passivos Circulantes e Não Circulantes: as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante é composto por obrigações a pagar de longo prazo. São classificadas no Passivo Circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no Passivo Não Circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP. Os passivos da entidade estão todos classificados como Circulante, em virtude das condições e prazos de exigibilidade.

Provisões e Passivos Trabalhistas: os passivos trabalhistas e respectivos encargos sociais são reconhecidos conforme dispõe a Resolução CSJT Nº 137/2014,

que estabelece os critérios para o reconhecimento administrativo, a apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. A Resolução CSJT N.º 419, de 29 de agosto de 2025, revogou a Resolução CSJT N.º 137/2014, mas teve seus efeitos suspensos pelo Ato CSJT.GP.SG.SEOFI.SEJUR N.º 104, de 17 de novembro de 2025, considerando a necessidade de manutenção do critério contábil durante o exercício financeiro de 2025 e de adequação do sistema para garantir a conformidade contábil das informações prestadas ao TCU, bem como a adaptação aos novos procedimentos de registro e controle trazidos pela Resolução.

Ativos e Passivos Contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

Patrimônio Líquido: é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício, pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores e reservas de reavaliação.

Resultado Patrimonial: corresponde à diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo tem-se o Superávit Patrimonial, caso negativo, tem-se o Déficit Patrimonial.

Resultado Orçamentário: representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro: representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Ajustes de Exercícios Anteriores: registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes e nos casos de compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Reserva de Reavaliação: compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo de reavaliação e o valor anterior.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Com o objetivo aprimorar a contabilização dos encargos patronais referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e à Contribuição da Previdência Complementar, em conformidade com o regime contábil de competência e com as demais orientações estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª Edição, a Subsecretaria de Contabilidade Pública expediu o Ofício Circular SEI nº 979/2025/MF, determinando que os sistemas de pagamento de pessoal passem a disponibilizar as informações necessárias aos registros contábeis sob a ótica patrimonial.

Para viabilizar a execução da rotina, a Macrofunção do Manual SIAFI 02.11.42 – Folha de Pagamento foi atualizada, de forma a permitir a execução dos procedimentos com base nas informações fornecidas pelos sistemas de folha, conforme os parâmetros do referido Ofício.

Apesar dos procedimentos iniciarem a partir de janeiro de 2026, a Coordenação Geral de Contabilidade expediu Mensagem SIAFI “2025/4008440 - Encargos sobre férias: tabela para cálculo do passivo inicial e orientações de registro”, com o objetivo de apoiar os órgãos e entidades da Administração Pública Federal na implantação do regime de competência para os encargos incidentes sobre férias, disponibilizando a Tabela de Estimativa do Passivo com Encargos sobre

Férias, propondo uma metodologia de cálculo para estimar o passivo inicial em dezembro de 2025, referente aos encargos patronais incidentes sobre férias. Cabendo à Unidade Gestora registrar o passivo no SIAFI, para então iniciar a apropriação mensal dos encargos sobre férias, conforme a rotina prevista no item 5.7 da Macrofunção 021142 - Folha de Pagamento.

Com base nos dados disponibilizados pela Coordenadoria de Pagamento os registros iniciais no SIAFI foram realizados pela Coordenadoria de Contabilidade.

CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nas análises realizadas pelas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames dos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

A Conformidade baseia-se, também, nas análises dos Relatórios de Contabilidade Analítica elaborados mediante emissão de consultas criadas no Sistema Tesouro Gerencial ou extraídos do banco de dados criado e mantido pela própria Coordenadoria de Contabilidade, que é atualizado diariamente mediante importação de dados do SIAFI.

Em 2025 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, na UG 080011, 66.357 (sessenta e seis mil, trezentos

e cinquenta e sete) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, de programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de 43.689 (quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.

A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Em 2025, houve restrições que ensejaram registros no SIAFI quando das Conformidades Mensais nos meses de janeiro, maio, agosto e outubro, com regularizações posteriores. As demais eventuais inconsistências que não apresentaram relevância aos demonstrativos contábeis foram ou estão sendo monitoradas internamente pelas áreas de conformidade (Contábil e de Registro de Gestão), sendo que, no Relatório de Inconsistências Contábeis de 2025, encaminhado à Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (CSJT), em atenção ao disposto na Norma de Encerramento do Exercício, foram incluídas as inconsistências na conciliação dos saldos de passivos e provisões trabalhistas inseridos no Sistema Módulo de Gestão de Passivos (MGP), gerido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, na Coordenadoria de Pagamento.

ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis. Além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

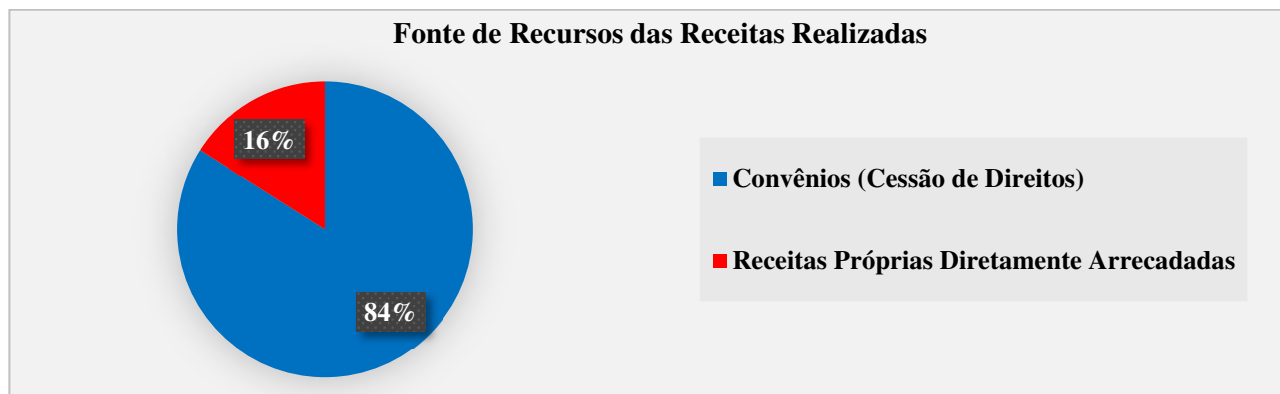
O TRT da 15ª Região é Unidade Orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo, desta forma, a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS)

Houve um Excesso de Arrecadação de 1,97% em relação às Receitas Previstas para a Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.



A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.



FONTE DE RECURSOS 1138 – MELHORIA DA PRESTACAO JURISDICCIONAL- TRT15 (CONVÊNIOS - CESSÃO DE DIREITOS)

O valor registrado a título de Receita Patrimonial refere-se a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios (Cessão de Direitos) com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT no 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2025 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2025 no total de recursos de fonte 1138, enquanto a Realização das Receitas são contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT no 004/2019 e CFIN/CSJT no 027/2017, no início de 2025 este Regional registrou suas dotações na fonte 1138 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2025, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como

Cessão de Direitos no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região. A seguir, o comparativo da arrecadação em relação à 2024.

Em R\$

Origem	2025	2024	Variação	
			%	Absoluta
CESSÃO DE DIRETOS	28.675.468,50	31.610.754,00	-9,29%	-2.935.285,50

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

FONTE DE RECURSOS 1050 – REC.PROP.LIV.UO-TRT15

Em R\$

Origem	2025	2024	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	420.426,40	752.369,69	-44,12%	-331.943,29
RECEITA DE SERVIÇOS	4.492.850,00	713.907,00	529,33%	3.778.943,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	699.212,04	458.119,42	52,63%	241.092,62
TOTAL	5.612.488,44	1.924.396,11	191,65%	3.688.092,33

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 420.426,40, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo PROAD 12267/2024 – Banco do Brasil, Processo PROAD 22780/2024 – Associações de Advogados Trabalhistas de Ribeirão Preto, Processo PROAD 02830/2025 – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP e Processo PROAD 22818/2024 – ANAJUSTRA) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Receita de Serviços soma R\$ 4.492.850,00 e corresponde às taxas de inscrições de concurso público realizado em 2025.

Do total de R\$ 699.212,04, contabilizado a título Outras Receitas Correntes, R\$ 625.467,32 referem-se a restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios e R\$ 73.744,72 referem-se aos reembolsos de rateio das despesas dos imóveis cedidos nos referidos Termos de Cessão de Uso Onerosa.

NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 15.121, de 10 de abril de 2025, consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 2,228 bilhões, que somados aos créditos adicionais e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 2,446 bilhões, constituindo a dotação atualizada líquida do exercício.

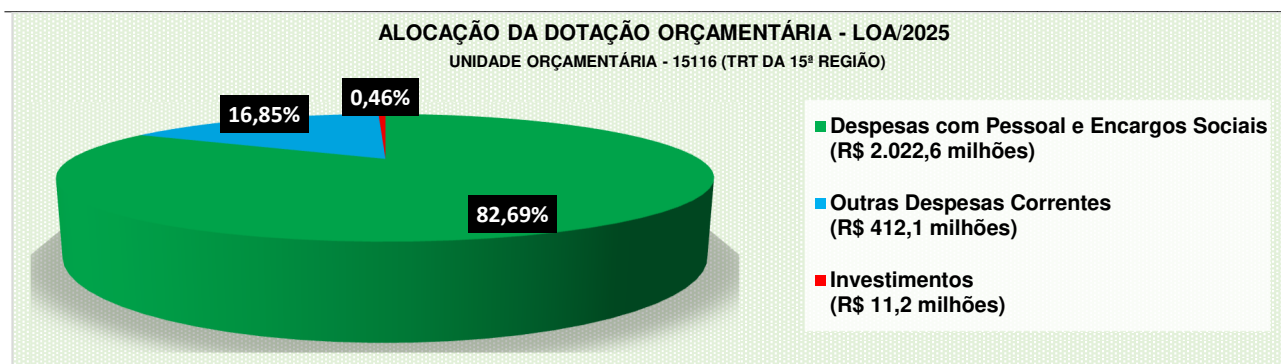
O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 37,4 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito) foi disponibilizado da seguinte maneira:

EXERCÍCIO	2025				2024				Em R\$
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	VARIAÇÃO ENTRE TOTAIS
DOTAÇÃO INICIAL	1.845.951.194,00	379.793.655,00	2.601.845,00	2.228.346.694,00	1.605.928.283,00	361.029.588,00	8.474.478,00	1.975.432.349,00	12,80%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	190.551.874,00	39.268.756,00	7.316.820,00	237.137.450,00	207.622.374,00	37.549.159,00	7.308.000,00	252.479.533,00	-6,08%
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	96.080.686,00	0,00	0,00	96.080.686,00	-100,00%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	-13.906.317,00	-7.000.000,00	1.300.000,00	-19.606.317,00	-19.000.000,00	-11.491.900,00	4.000.000,00	-26.491.900,00	-25,99%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	2.022.596.751,00	412.062.411,00	11.218.665,00	2.445.877.827,00	1.890.631.343,00	387.086.847,00	19.782.478,00	2.297.500.668,00	6,46%
PROVISÃO	15.932.514,03	68.956,43	0,00	16.001.470,46	13.807.846,77	64.326,00	0,00	13.872.172,77	15,35%
DESTAQUE DE CRÉDITO	18.549.433,00	2.856.522,00	0,00	21.405.955,00	1.642.621,00	155.374,50	0,00	1.797.995,50	1090,55%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZ.	2.057.078.698,03	414.987.889,43	11.218.665,00	2.483.285.252,46	1.906.081.810,77	387.306.547,50	19.782.478,00	2.313.170.836,27	7,35%

Fonte: Tesouro Gerencial: Foram desconsiderados dados da Reserva de Contingência (Dotação Atualizada de R\$ 9.843.589,00)

Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2025 (R\$ 2,446 bilhões), cerca de 82,69% correspondem a despesa de Pessoal e Encargos Sociais, 16,85% a Outras Despesas Correntes e 0,46% a Investimentos. Desconsiderando a Reserva de Contingência de R\$ 9.843.589,00 na Dotação, que não foi utilizada.



A variação de R\$ 254.938.558,46 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2025, decorreu de dotações suplementares, de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, e adequações do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:

Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	237.137.450,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	-19.606.317,00
TOTAL	217.531.133,00

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	16.001.470,46
DESTAQUE RECEBIDO	21.405.955,00
TOTAL	37.407.425,46

Fonte: Tesouro Gerencial

O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas e Remanejadas por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO - R\$
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	16.000.000,00	0,00	16.000.000,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	125.120.326,00	0,00	125.120.326,00
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA A MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - ATIVOS		0,00	0,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	5.410.820,00	(5.856.000,00)	(445.180,00)
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO		(100.000,00)	(100.000,00)
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS		27.000,00	27.000,00
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS		(146.000,00)	(146.000,00)
PAGAMENTO DE INTERPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS		(28.000,00)	(28.000,00)
PROJETOS DE REFORMAS - RESOLUCAO CSJT N. 70		(750.000,00)	(750.000,00)
REFORMA E CONSERVACAO DE ATIVOS DA UNIAO - PEQUENO PORTE		2.050.000,00	2.050.000,00
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	5.200.000,00	760.000,00	5.960.000,00
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO		(157.000,00)	(157.000,00)
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA		0,00	0,00
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	3.890.496,00	0,00	3.890.496,00
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	93.939,00	200.000,00	293.939,00
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS		(200.000,00)	(200.000,00)
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	15.990.321,00	(1.500.000,00)	14.490.321,00
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS		0,00	0,00
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	1.543.171,00	0,00	1.543.171,00
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	63.888.377,00	0,00	63.888.377,00
BENEFICIO ESPECIAL		(13.906.317,00)	(13.906.317,00)
TOTAL	237.137.450,00	(19.606.317,00)	217.531.133,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2025 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
LEI	15121	10-abr-25	LOA/2025 - Publicada no DOU em 15/04/2025	2025ND800024/ 2025ND800025/ 2025ND800026
ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SEOF	37	26-jun-25	Publicada no DOU em 27/06/2025	2025ND800029
ATO CSJT.GP.SG.SEOF	73	15-set-25	Publicada no DOU em 15/09/2025	2025ND800031
PORTARIA GM/MPO	388	17-out-25	Publicada no DOU em 20/10/2025	2025ND800035/ 2025ND800036
ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SEOF	80	18-nov-25	Publicada no DOU em 19/11/2025	2025ND800038
ATO CSJT.GP.SG.SEOF	110	04-dez-25	Publicada no DOU em 05/12/2025	2025ND800042
ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP.SG.SEOF	82	12-dez-25	Publicada no DOU em 15/12/2025	2025ND800045
ATO CONJUNTO TST/CSJT/GP/SG/SEOF	86	23-dez-25	Publicada no DOU em 24/12/2025	2025ND800048

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A seguir, as Descentralizações recebidas por Unidades Orçamentárias e Planos Orçamentários e a sua execução.

Descentralizações Internas (Provisão)

Unidade Orçamentária	Plano Orçamentário	Natureza Despesa		SALDO - R\$
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.760,82
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.080,00
	TRABALHO SEGURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	20.321,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.945,60
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESTÍMULO A APRENDIZAGEM	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.300,40
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.699,60
	PROGRAMA DE EQUIDADE DE RACA, GENERO E DIVERSIDADE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.965,95
	PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS E DE PROTECAO AO TRABALHO DO MIGRANTE	339030	MATERIAL DE CONSUMO	721,44
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	17.161,62
	TOTAL			68.956,43
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICACOES DIRETAS	15.932.514,03
	TOTAL			15.932.514,03
TOTAL				16.001.470,46

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

Em R\$

Unidade Orçamentária	Plano Orçamentário	Natureza Despesa		DESTAQUE RECEBIDO
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	PRECATORIOS	339091	SENTENCAS JUDICIAIS	21.405.955,00
TOTAL				21.405.955,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Programas atendidos pelas Descentralizações na forma de Provisão e de Destaque de Crédito, tiveram a seguinte execução:

Provisão

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PROVISAO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	3.840,82	3.840,82	3.840,82	3.840,82
TRABALHO SEGURO	23.266,60	23.266,60	23.266,60	23.266,60
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESTÍMULO A APRENDIZAGEM	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
PROGRAMA DE EQUIDADE DE RACA, GENERO E DIVERSIDADE	3.965,95	3.965,95	3.965,95	3.965,95
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS E DE PROTECAO AO TRABALHO DO MIGRANTE	17.883,06	17.883,04	17.883,04	16.343,04
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	15.932.514,03	15.932.514,03	15.932.514,03	15.932.514,03
TOTAL	16.001.470,46	16.001.470,44	16.001.470,44	15.999.930,44

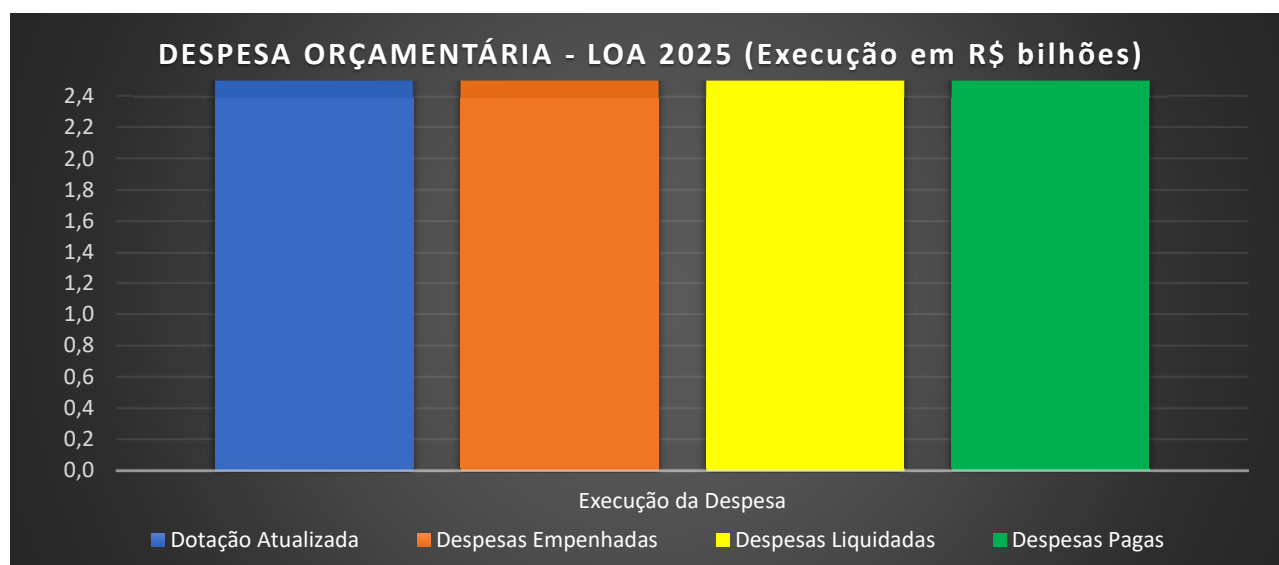
Destaque de Crédito

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DESTAQUE RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PRECATÓRIOS	21.405.955,00	21.209.331,02	21.209.331,02	21.209.331,02
TOTAL	21.405.955,00	21.209.331,02	21.209.331,02	21.209.331,02

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2025, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.



A Dotação Orçamentária foi destinada aos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. A execução da despesa orçamentária está representada a seguir.

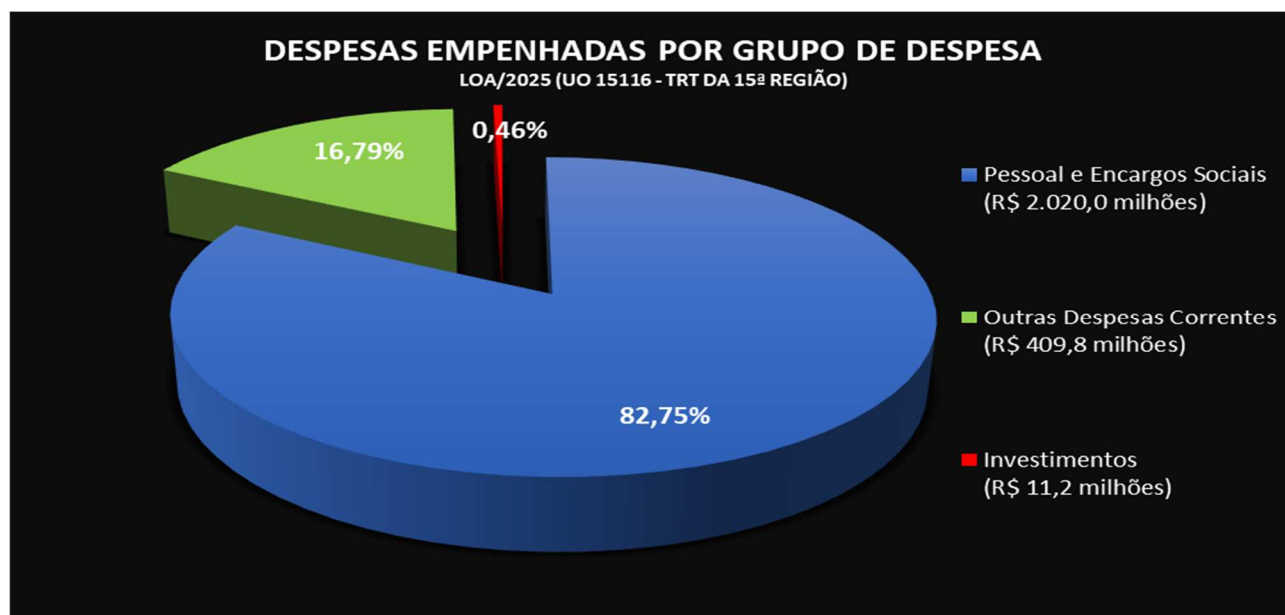
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2025)							Em R\$
PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	2.427.284.144,00	2.422.577.118,89	99,81%	2.387.415.140,03	98,36%	2.367.377.643,34	97,53%
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS (Aposentadoria com Benefício Especial – Lei 12.618/2012)	18.593.683,00	18.453.833,72	99,25%	18.433.833,72	99,14%	18.433.833,72	99,14%
TOTAL	2.445.877.827,00	2.441.030.952,61	99,80%	2.405.848.973,75	98,36%	2.385.811.477,06	97,54%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 11ª Edição, pág. 105)

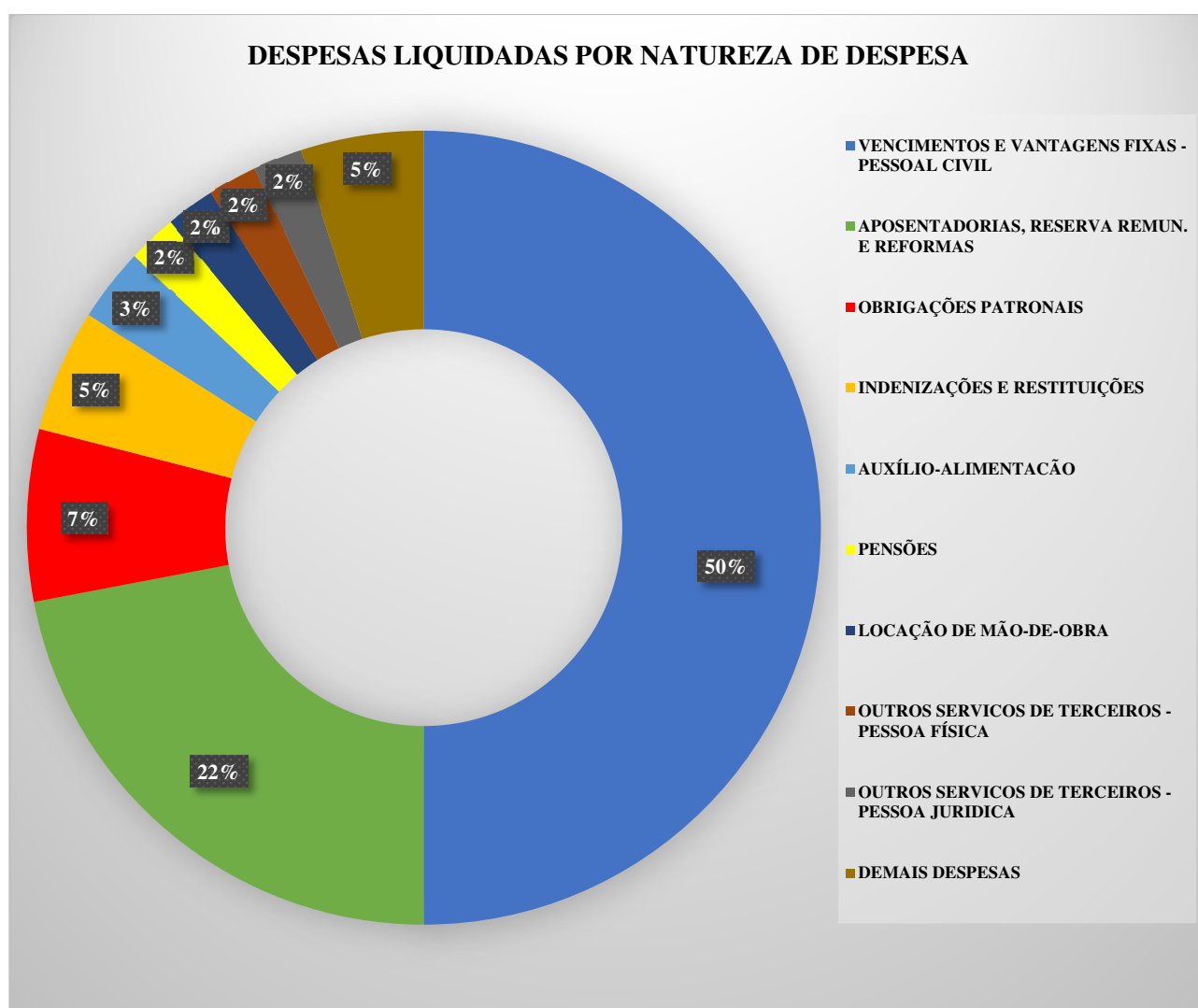
Do total dos créditos autorizados na LOA/2025 foram empenhados cerca de R\$ 2,441 bilhões. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.



DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 11ª Edição, pág. 106).

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 98,56%, cerca de R\$ 2,406 bilhões. Segue gráfico dos créditos liquidados por Natureza de Despesa.

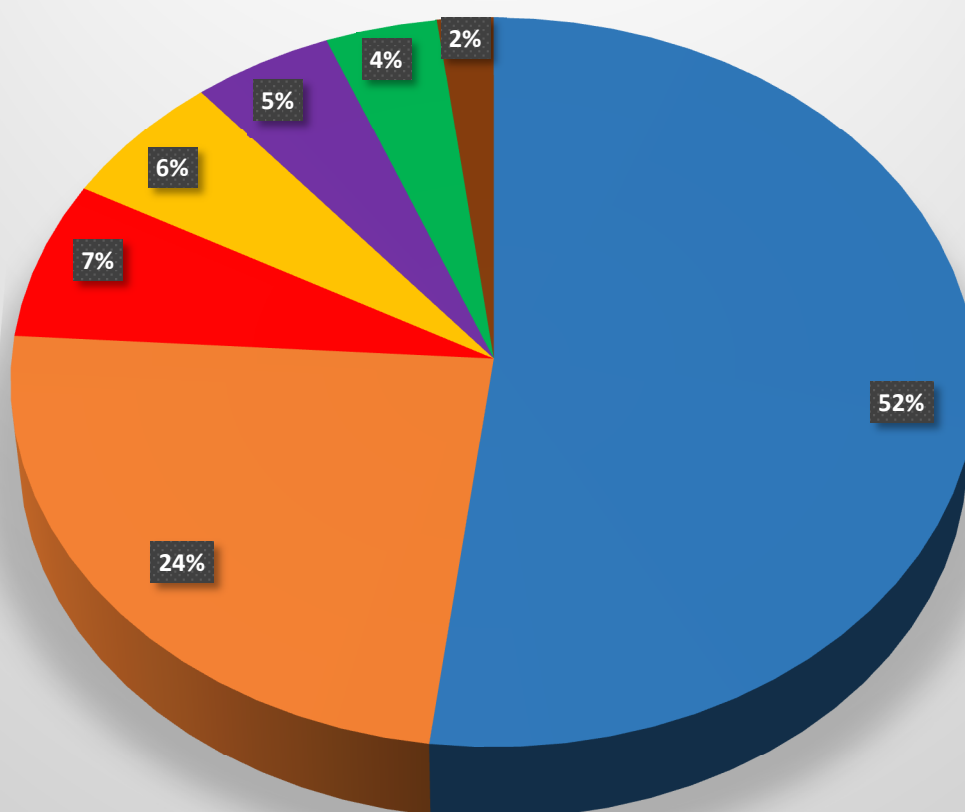


Pela análise gráfica constata-se que os vencimentos de Pessoal Ativo, Aposentadorias, Pensões e Obrigações Patronais, somados, equivalem a 81% dos créditos liquidados.

DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 99,17% (R\$ 2,386 bilhões). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



■ ATIVOS CIVIS DA UNIÃO

■ APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO + BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012

■ CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

■ APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

■ ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS

■ BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS

■ DEMAIS AÇÕES

QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2025

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2025

Em R\$

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS			
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)	(E)	(E)/(A)
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	567.186.369,00	567.186.369,00	100,00%	566.528.665,25	99,88%	564.883.101,02	99,59%	2.303.267,98	0,41%
BENEFÍCIO ESPECIAL – LEI N. 12.618, DE 2012	18.593.683,00	18.453.833,72	99,25%	18.433.833,72	99,14%	18.433.833,72	99,14%	20.000,00	0,11%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	178.630.663,00	176.179.205,68	98,63%	175.974.205,68	98,51%	175.974.205,68	98,51%	205.000,00	0,11%
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS	117.980.472,00	117.980.301,13	100,00%	117.529.925,89	99,62%	117.529.925,89	99,62%	450.375,24	0,38%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.258.186.036,00	1.258.186.036,00	100,00%	1.253.476.397,91	99,63%	1.239.783.172,88	98,54%	18.402.863,12	1,46%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	87.844.781,00	87.161.439,37	99,22%	87.086.639,50	99,14%	87.086.639,50	99,14%	74.799,87	0,09%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO- MORADIA	130,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	38.000,00	37.139,98	97,74%	28.685,84	75,49%	28.440,88	74,84%	8.699,10	22,89%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	40.000.000,00	39.999.491,25	100,00%	39.998.284,35	100,00%	39.336.319,38	98,34%	663.171,87	1,66%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	177.417.693,00	175.847.136,48	99,11%	146.792.335,61	82,74%	142.755.838,11	80,46%	33.091.298,37	18,65%
TOTAL	2.445.877.827,00	2.441.030.952,61	99,80%	2.405.848.973,75	98,36%	2.385.811.477,06	97,54%	55.219.475,55	2,26%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho possui 8 (oito) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS			
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	153.047.778,00	152.199.057,13	126.318.454,78	123.238.146,67	28.960.910,46
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	14.152.815,00	13.899.107,44	11.887.387,29	11.466.606,31	2.432.501,13
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	752.990,00	737.364,93	726.401,86	723.918,66	13.446,27
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	349.529,00	326.474,71	325.590,48	325.590,48	884,23
PAGAMENTO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS	72.000,00	24.079,09	23.831,21	23.831,21	247,88
REFORMA E CONSERVACAO DE ATIVOS DA UNIAO - PEQUENO PORTE	2.050.000,00	1.762.665,67	816.109,60	809.711,41	952.954,26
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	6.757.806,00	6.663.642,85	6.459.815,73	5.933.288,71	730.354,14
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	234.775,00	234.744,66	234.744,66	234.744,66	0,00
TOTAL	177.417.693,00	175.847.136,48	146.792.335,61	142.755.838,11	33.091.298,37

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS			
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CÍVIS	8.951.193,00	8.881.303,82	8.875.703,82	8.875.703,82	5.600,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CÍVIS	151.452,00	74.960,76	69.960,76	69.960,76	5.000,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CÍVIS	78.166.136,00	77.629.174,79	77.619.174,79	77.619.174,79	10.000,00
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CÍVIS	576.000,00	576.000,00	521.800,13	521.800,13	54.199,87
TOTAL	87.844.781,00	87.161.439,37	87.086.639,50	87.086.639,50	74.799,87

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DA ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é a Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO – DESPESAS DIVERSAS (0,4% DA DOTAÇÃO TOTAL)	752.990,00	737.364,93	726.401,86	723.918,66
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	800.891,00	752.275,46	724.462,96	723.061,20
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	349.529,00	326.474,71	325.590,48	325.590,48
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	234.745,30	234.744,66	234.744,66	234.744,66
TOTAL	2.138.155,30	2.050.859,76	2.011.199,96	2.007.315,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação a 2024, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2025	2024	VARIAÇÃO	
			R\$	%
DESPESAS EMPENHADAS	2.441.030.952,61	2.293.793.408,47	147.237.544,14	6,42%
DESPESAS PAGAS	2.385.811.477,06	2.231.151.451,73	154.660.025,33	6,93%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	55.219.475,55	62.641.956,74	-7.422.481,19	-11,85%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

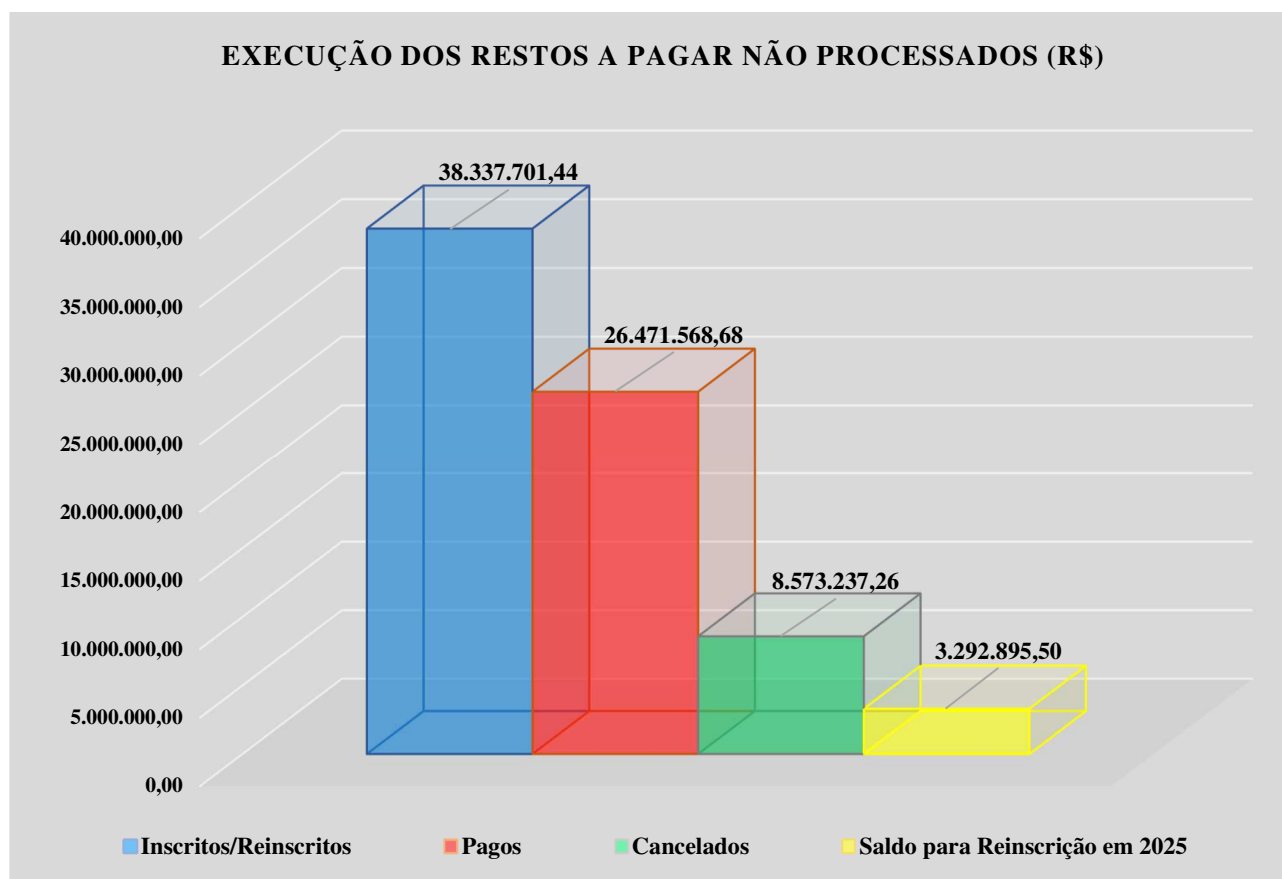
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2024 foram inscritos e reinscritos R\$ 66.215.848,73 em Restos a Pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 58% do montante inscrito/reinscrito, e sua execução em 2025 é demonstrada a seguir.

NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



Do total de R\$ 38,3 milhões inscritos/reinscritos, foram pagos R\$ 26,5 milhões (69,05%), R\$ 8,6 milhões (22,36%) foram cancelados e os R\$ 3,3 milhões (8,59%) restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/	EXECUÇÃO		SALDO A PAGAR
			EXECUTAR	PAGOS	%	
			(A)	(B)	(B) / (A)	
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	28.426,42	9.921,76	18.504,66	18.504,66	100,00%	0,00%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1.130.894,34	842.001,99	288.892,35	288.892,35	100,00%	0,00%
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O RPPS	1.573.380,67	1.522.083,99	51.296,68	51.296,68	100,00%	0,00%
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOG. AOS SERVIDORES	794.540,99	193.397,23	601.143,76	601.143,76	100,00%	0,00%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	4.324.859,59	607.128,68	3.717.730,91	3.717.730,91	100,00%	0,00%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	100.163,85	35.646,35	64.517,50	64.517,50	100,00%	0,00%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	645,81	645,81	0,00	0,00	100,00%	0,00%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	101.055,43	8.345,77	92.709,66	92.709,66	100,00%	0,00%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	30.283.734,34	5.354.065,68	24.929.668,66	21.636.773,16	86,79%	3.292.895,50
TOTAL	38.337.701,44	8.573.237,26	29.764.464,18	26.471.568,68	88,94%	3.292.895,50

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos/reinscritos R\$ 27,9 milhões em Restos a Pagar Processados, desse total, 99,47% foram pagos, 0,04% foram cancelados e os 0,49% restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					SALDO A PAGAR
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/ EXECUTAR	EXECUÇÃO		
				PAGOS	%	
			(A)	(B)	(B) / (A)	
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	549,87	0,00	549,87	549,87	100,00%	0,00
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	181.490,00	0,00	181.490,00	181.490,00	100,00%	0,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	22.913.009,24	0,00	22.913.009,24	22.913.009,24	100,00%	0,00
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	161,16	0,00	161,16	161,16	100,00%	0,00
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	1.125.900,79	4.468,29	1.121.432,50	1.121.432,50	100,00%	0,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	3.657.036,23	7.646,33	3.649.389,90	3.512.378,82	96,25%	137.011,08
TOTAL	27.878.147,29	12.114,62	27.866.032,67	27.729.021,59	99,51%	137.011,08

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

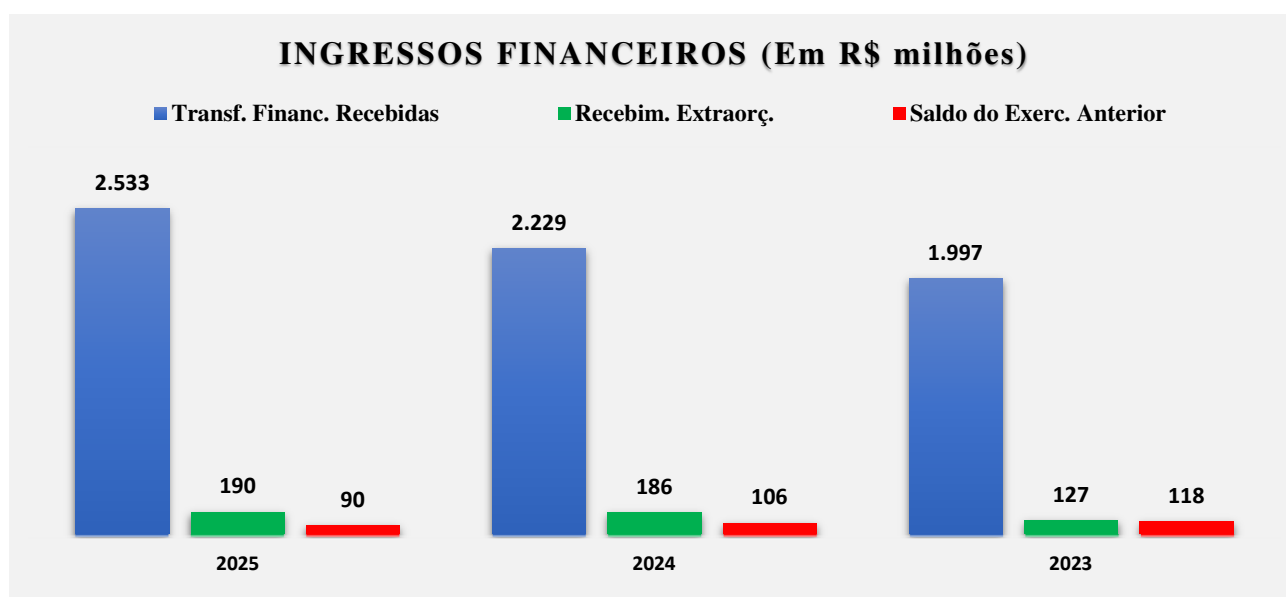
O Balanço Financeiro demonstra os Ingressos e Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2025 contabilizaram R\$ 2,533 bilhões, sendo: R\$ 2,454 bilhões resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 79 milhões independentes da execução orçamentária.

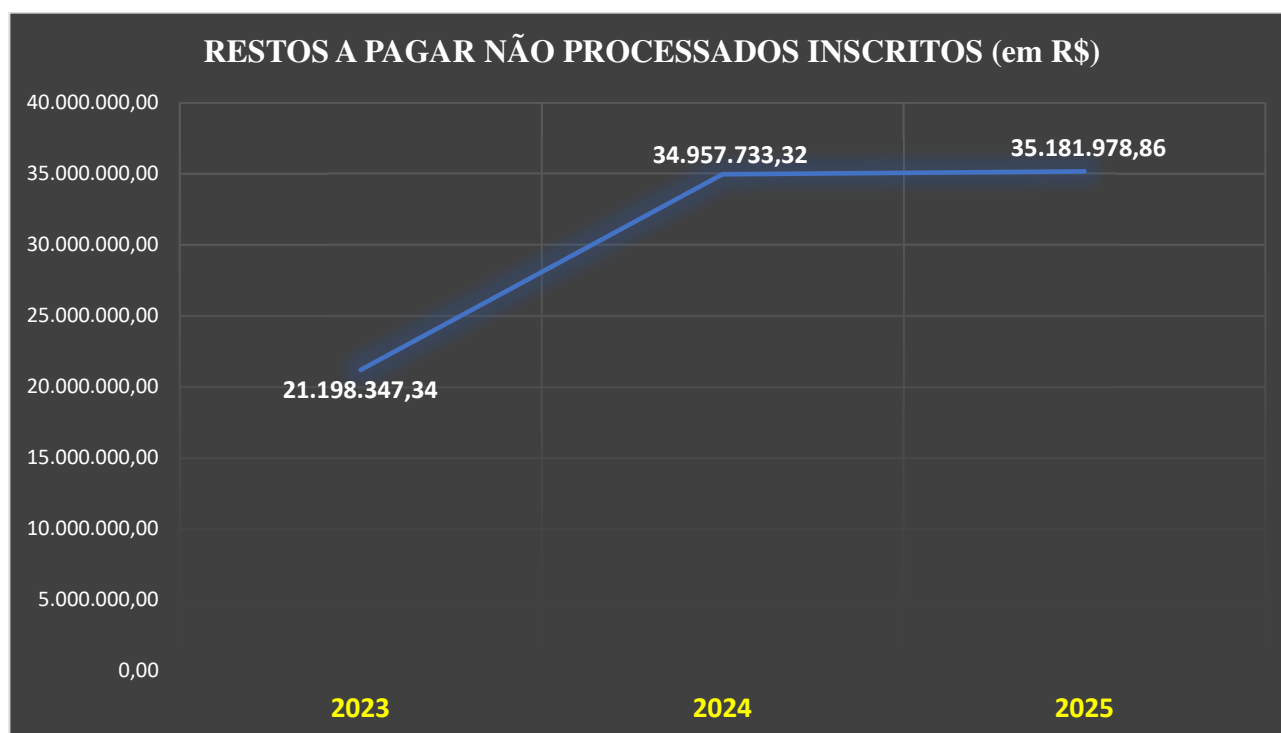
Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R\$ 190 milhões, destacando-se nesse montante a Receita Arrecadada de R\$ 121,6 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2025 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 20 milhões e R\$ 35,2 milhões, respectivamente.

A seguir, o gráfico comparativo dos Ingressos Financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2025, R\$ 35.181.978,86, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



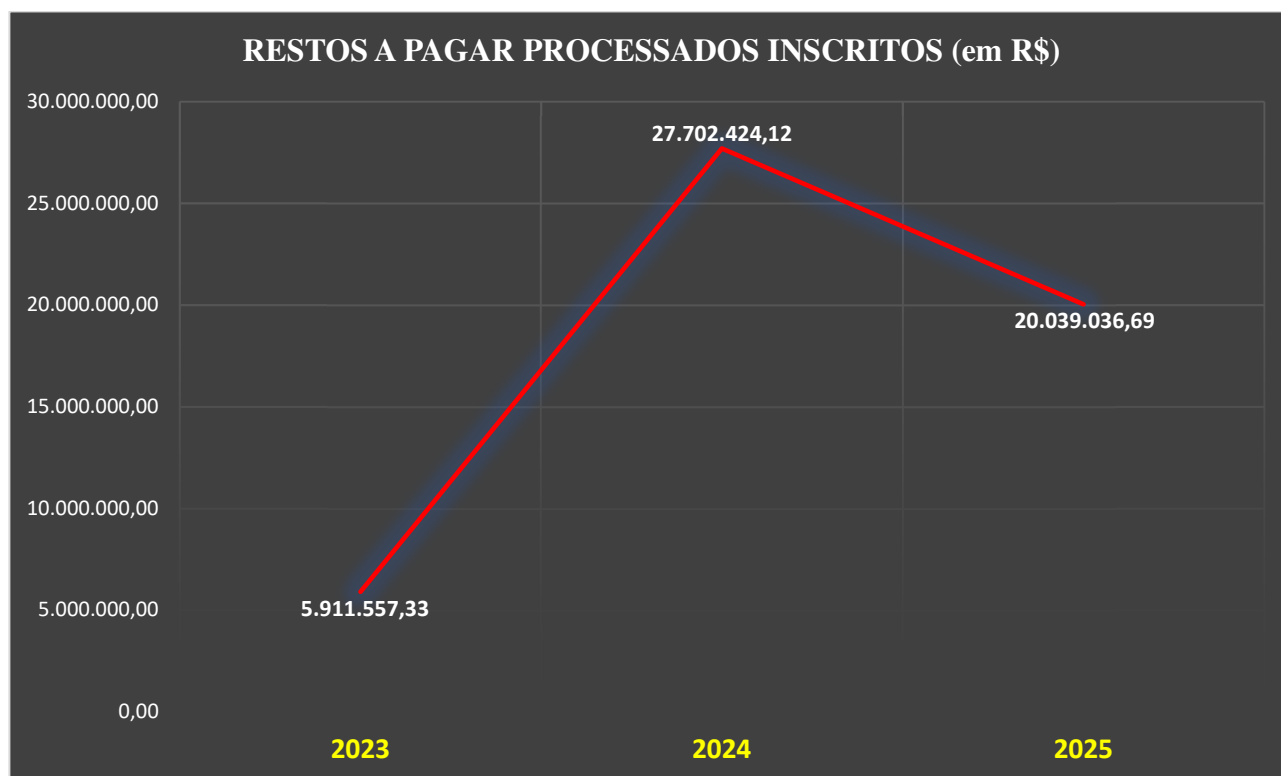
A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa e segregados em Restos a Pagar Não Processados A Liquidar e Em Liquidação.

GRUPO DE DESPESA	RP NAO PROCESSADOS		TOTAL	COMPOSIÇÃO
	A LIQUIDAR R\$	EM LIQUIDAÇÃO R\$	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.170.364,73	421.977,11	5.592.341,84	15,90%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.895.072,57	9.838.959,42	20.734.031,99	58,93%
INVESTIMENTOS	8.855.605,03	0,00	8.855.605,03	25,17%
TOTAL	24.921.042,33	10.260.936,53	35.181.978,86	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, aproximadamente R\$ 2,406 bilhões, o saldo não pago de R\$ 20.037.496,69, somado com o saldo de restos a pagar não processados liquidados no período (R\$ 1.540,00), foi inscrito em restos a pagar processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



O quadro a seguir apresenta a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa.

GRUPO DE DESPESA	RP PROCESSADOS	
	INSCRIÇÃO R\$	COMPOSIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.338.789,26	76,54%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.626.065,38	23,09%
INVESTIMENTOS	74.182,05	0,37%
TOTAL	20.039.036,69	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

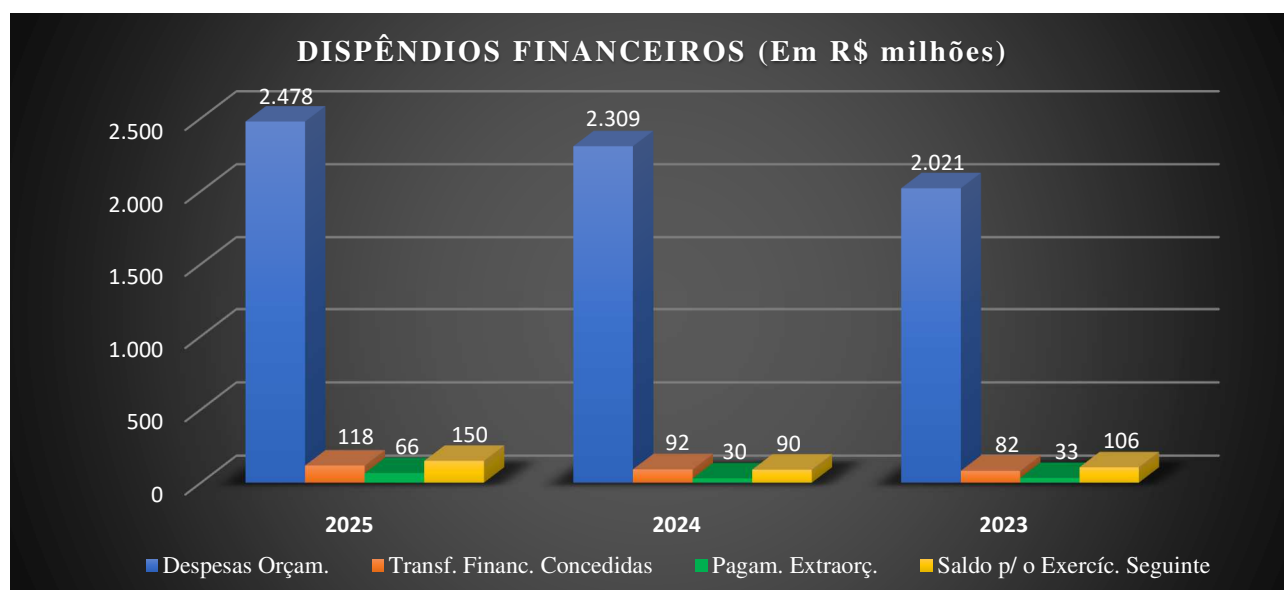
NE 6 - DISPÊNDIOS

As despesas orçamentárias somaram cerca de R\$ 2,478 bilhões, sendo que 82,18% foram ordinárias (R\$ 2,037 bilhões), e 17,82% vinculadas à Previdência Social (RPPS) e outros recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas (R\$ 441,7 milhões).

As transferências financeiras concedidas somaram R\$ 118,3 milhões, independentes da execução orçamentária, sendo que 99,98% referem-se às movimentações de saldos patrimoniais, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional e 0,02% relativas às demais transferências concedidas.

As despesas extraorçamentárias (R\$ 65,8 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2025 a título de Restos a Pagar Processados (R\$ 27,7 milhões) e Não Processados (R\$ 26,5 milhões) inscritos no exercício anterior, além de depósitos restituíveis, valores vinculados e outros pagamentos extraorçamentários.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.

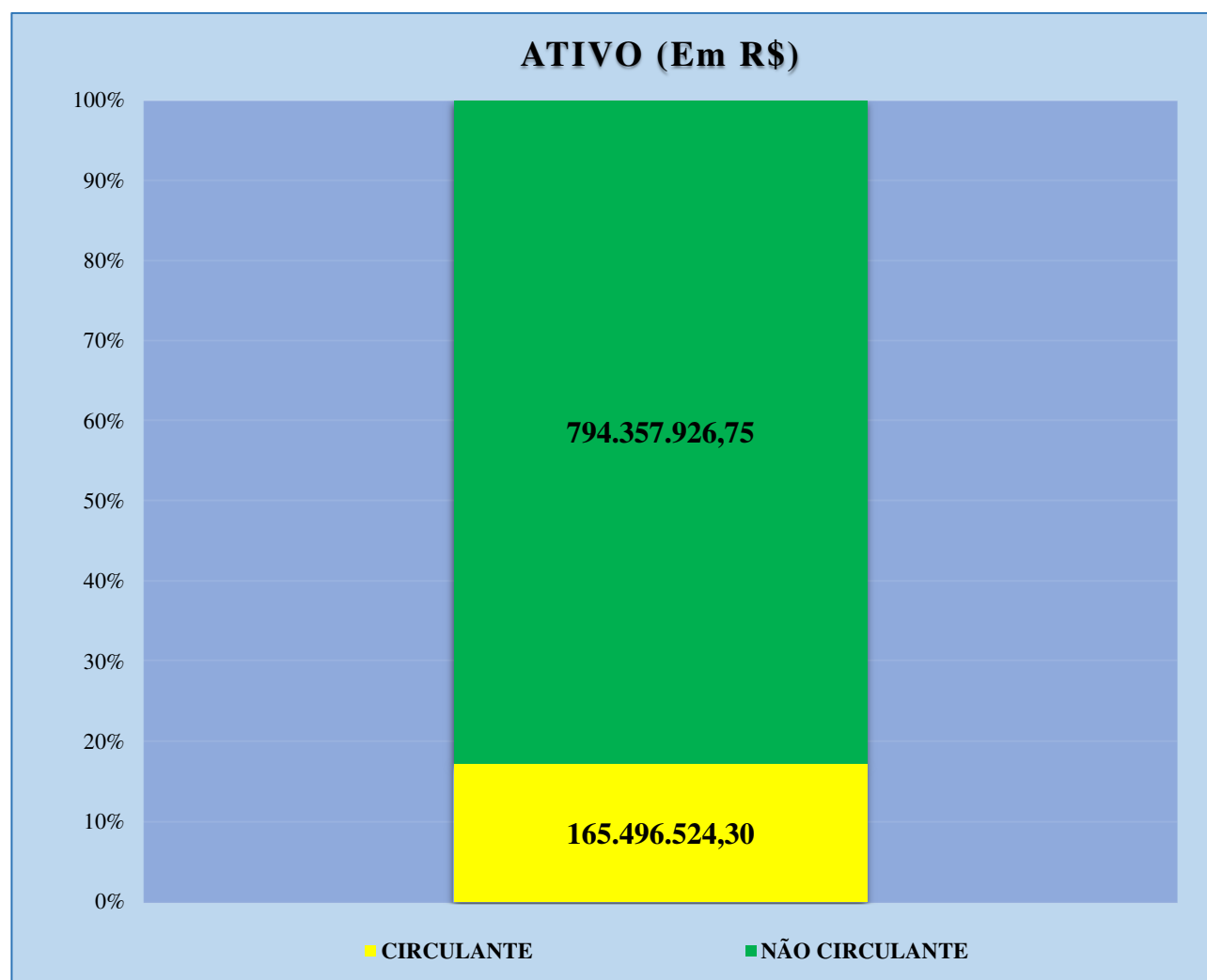


NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

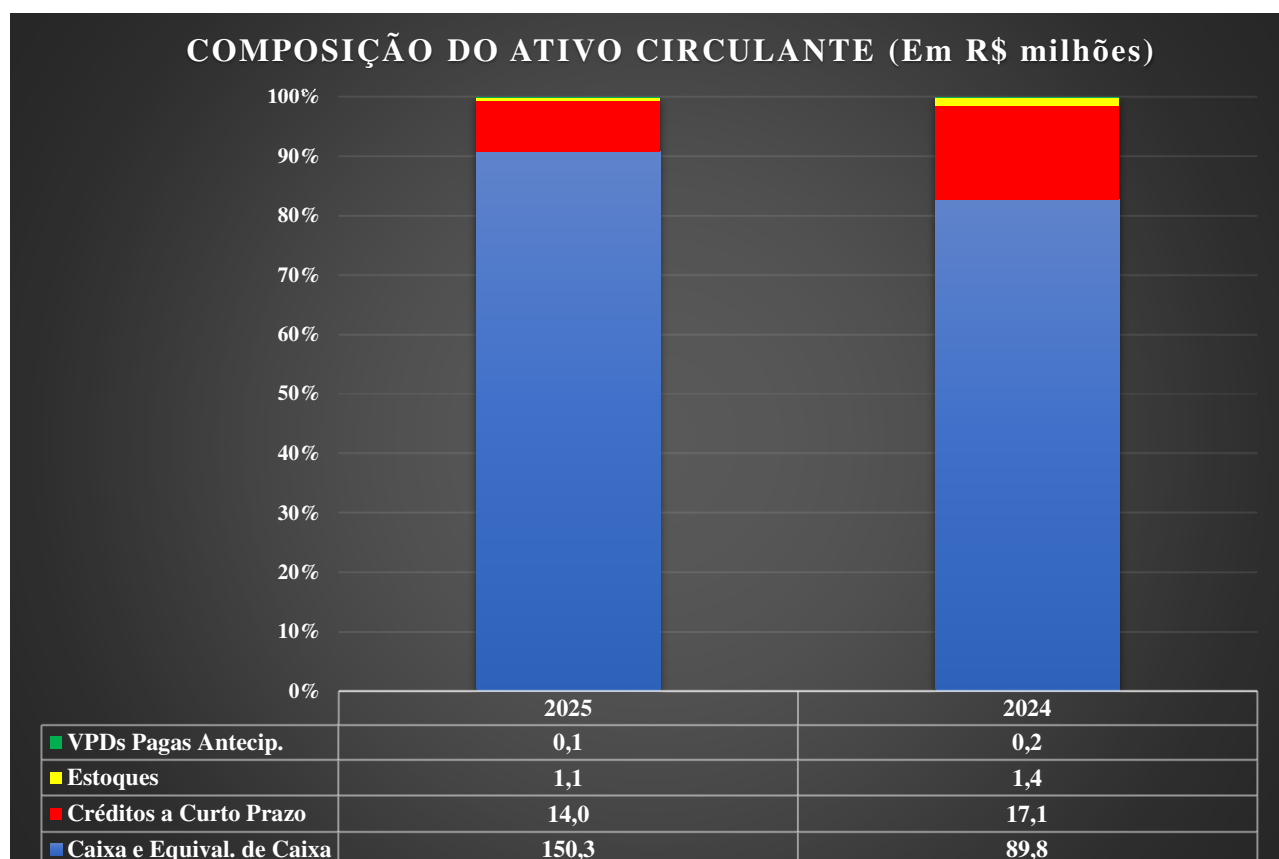
ATIVO

O Ativo somou R\$ 959,9 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representa 83% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.



NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

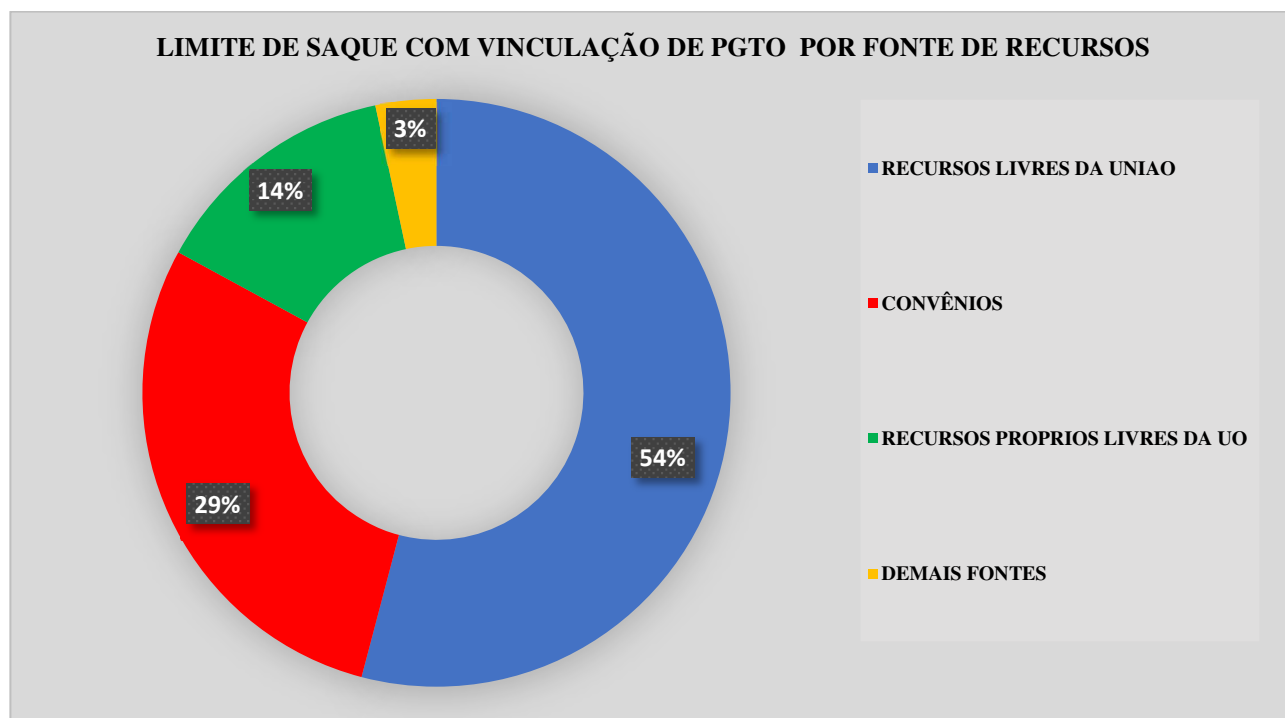
O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2025, que somou R\$ 165.496.524,30, em comparação com o exercício anterior.



Constata-se, mediante análise gráfica, que 91% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 150.349.441,19, sendo que destes, 84% (R\$ 126.699.597,20) dizem respeito ao saldo das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2026, inscritas como Restos a Pagar no final de 2025. O restante de Caixa e Equivalentes corresponde a depósitos em garantia em contas vinculadas a contratos de serviços, retidos para fins de pagamentos de encargos

trabalhistas (R\$ 23.568.148,10) e depósitos restituíveis recebidos a título de Cauções (R\$ 81.695,89).

Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.

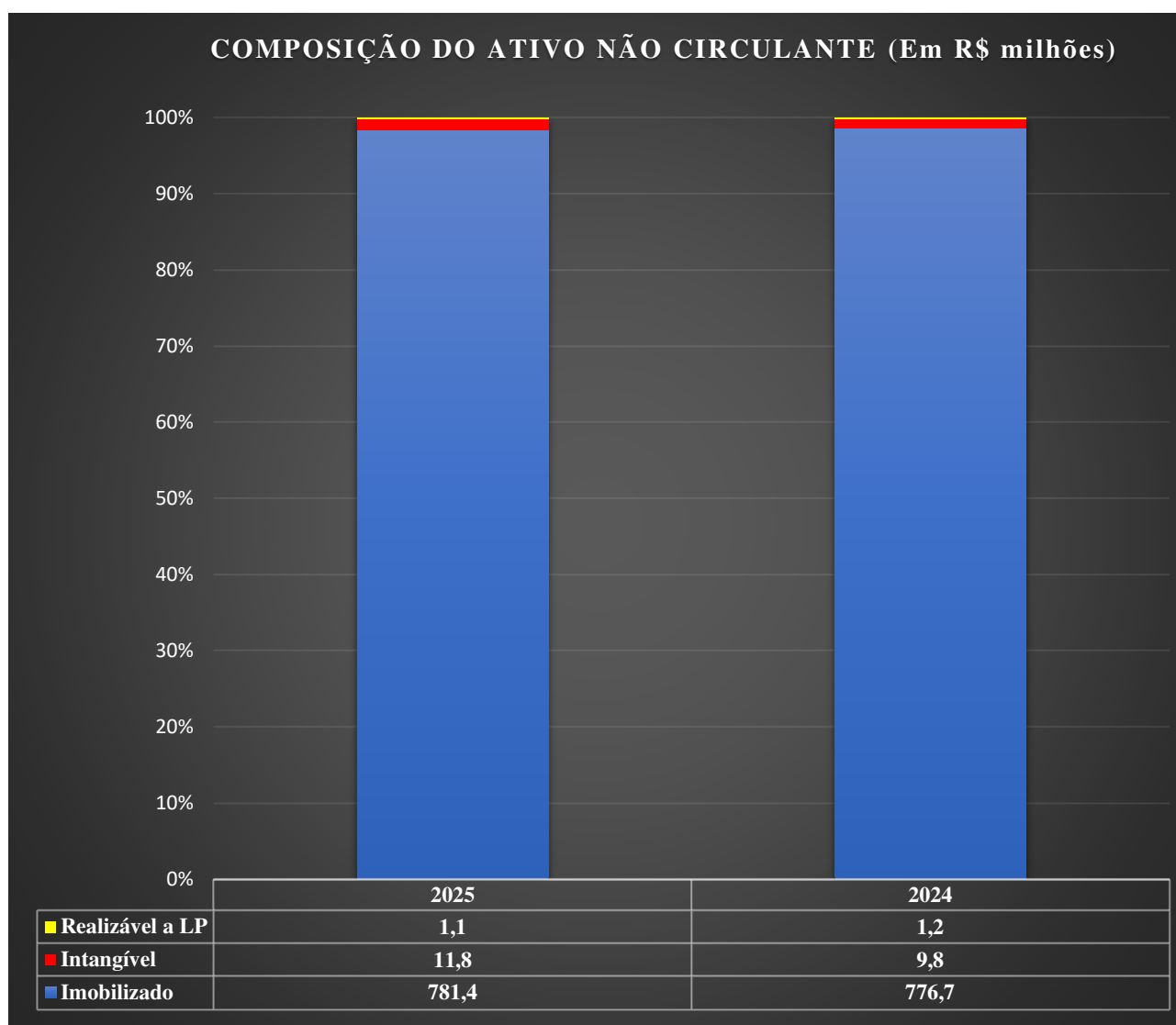


Os Recursos de Convênios (R\$ 36,5 milhões), os Próprios Livres da Unidade Orçamentária (R\$ 17,4 milhões) e os Livres da União (R\$ 68,6 milhões) correspondem juntos a 97% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. As demais Fontes englobam Recursos de Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça, de Melhoria da Prestação Jurisdicional e Próprios da Unidade Orçamentária para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital.

Os Créditos a Curto Prazo são adiantamentos de salários, de férias, de gratificações natalinas, de auxílio-alimentação, e demais créditos decorrentes da folha de pagamento. Os Estoques correspondem aos materiais de consumo em Almoxarifado. Por fim, as Despesas Pagas Antecipadamente correspondem às assinaturas e anuidades, além de prêmios de seguros a apropriar.

NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 794.357.926,75, constituído por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.

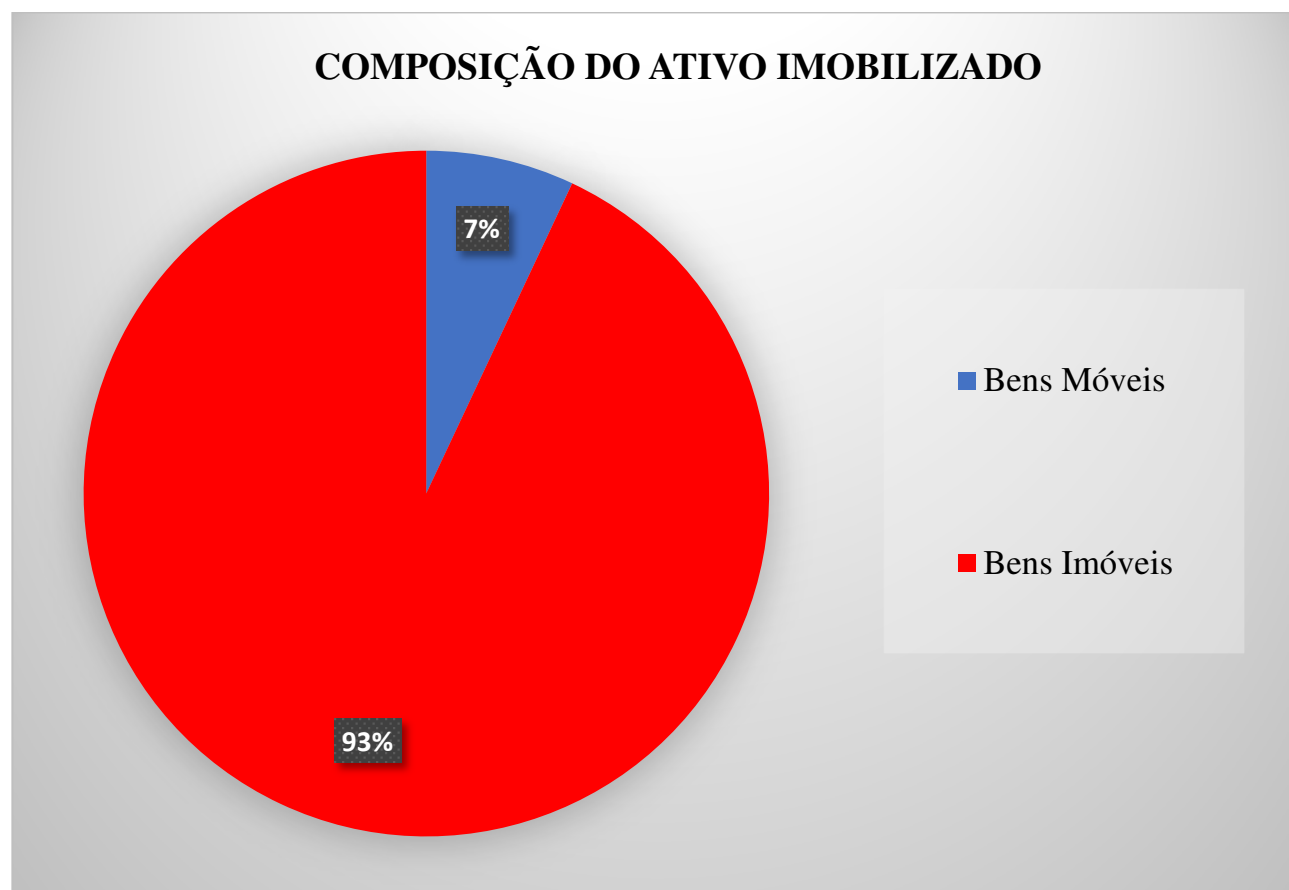


Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98% do grupo, o equivalente a R\$ 781.409.155,20. Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os Intangíveis são compostos por Softwares com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos, totalizando R\$ 11.842.424,98.

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-Jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN Nº 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT_Nº 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 971.407,73, e o restante que soma R\$ 134.938,84, refere-se a adiantamentos concedidos a pessoal e não devolvidos a serem encaminhados para inscrição em dívida ativa.

O Ativo Imobilizado é segregado em Bens Móveis e Imóveis, conforme a seguir:



BENS MÓVEIS

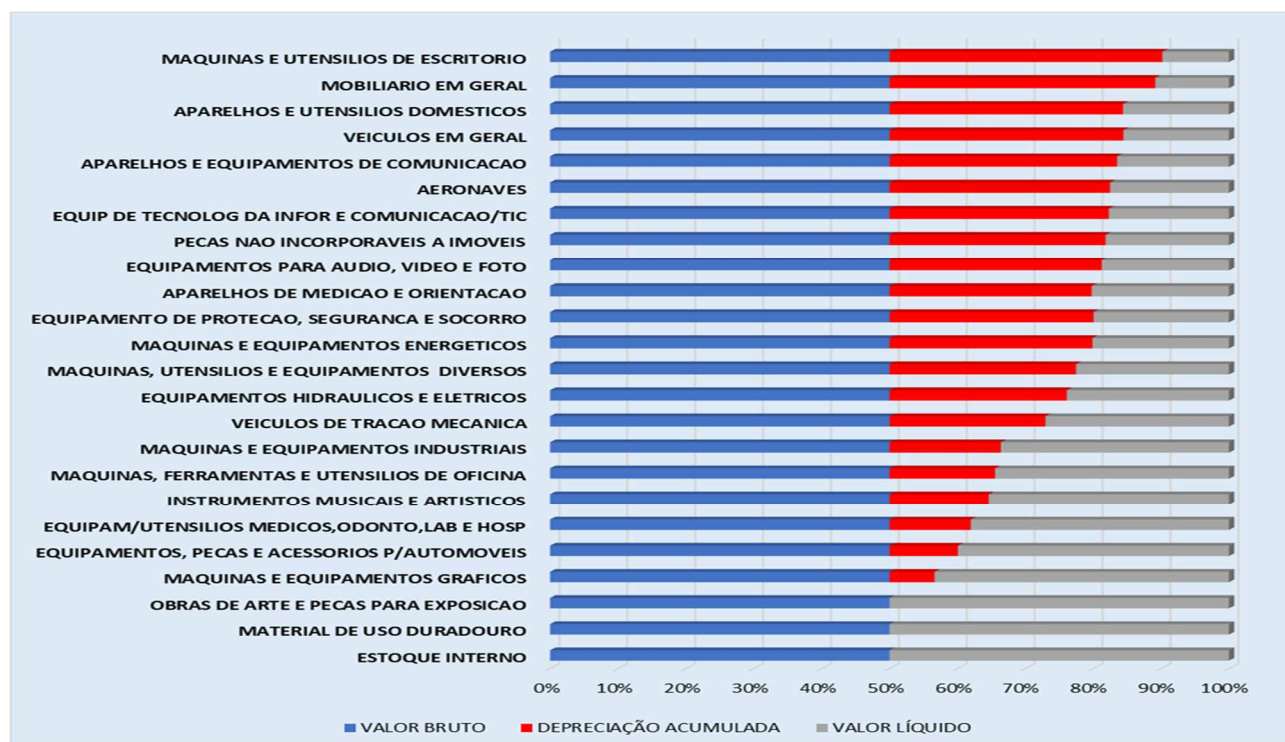
Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos, em comparação com o exercício anterior.

COMPOSIÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
	R\$	R\$	%	R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.915.930,55	8.875.447,44	0,46%	40.483,11
Bens de Informática	106.572.280,99	108.446.613,20	-1,73%	-1.874.332,21
Móveis e Utensílios	37.838.524,70	37.159.902,63	1,83%	678.622,07
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.089.281,59	2.680.586,84	15,25%	408.694,75
Veículos	9.271.384,38	9.271.384,38	0,00%	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	775.920,65	2.052.889,75	-62,20%	-1.276.969,10
Demais Bens Móveis	488.524,00	448.516,16	8,92%	40.007,84
(-) Depreciação Acumulada	-108.520.395,38	-105.401.718,12	2,96%	-3.118.677,26
Total	58.431.451,48	63.533.622,28	-8,03 %	-5.102.170,80

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis em ordem decrescente de depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo com a análise da composição e com o planejamento de futuras aquisições.

ANÁLISE DA DEPRECIACÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS



BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento e Instalações.

COMPOSIÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO	
	R\$	R\$	%	R\$
Bens de Uso Especial	723.492.380,41	713.250.254,50	1,44%	10.242.125,91
Bens Imóveis em Andamento (Estudos e Projetos)	254.938,36	254.938,36	0,00%	0,00
Instalações	179.235,00	0,00	100,00%	179.235,00
(-) Depreciação Acumulada	-948.850,05	-290.234,48	226,93%	-658.615,57
TOTAL	722.977.703,72	713.214.958,38	-2,02%	9.762.745,34

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios, Terrenos/Glebas e Armazéns/Galpões, que correspondem a 96% (R\$ 692.644.985,85), 3% (R\$ 23.147.394,56) e 1% (R\$ 7.700.000,00) do total, respectivamente. A variação de R\$ 10.242.125,91 se deu em virtude das baixas dos Terrenos localizados em Taubaté, Bebedouro e Tatuí que foram transferidos/devolvidos para a Superintendência do Patrimônio da União e pelas reavaliações de todos os Terrenos e do Edifício localizado em Ribeirão Preto.

Já os Bens Imóveis em Andamento contemplam valores que, com a conclusão das obras, serão incorporados aos valores dos imóveis, o saldo é composto por Estudos e Projetos, sendo R\$ 163.065,28, elaborado visando a oportuna construção da Vara de Trabalho de Votuporanga e R\$ 91.873,08, contratado em 2024, visando a construção do Fórum Trabalhista de Jaboticabal.

Em 2025, houve a apropriação em Instalações, no valor de R\$ 179.235,00, relativa à instalação do sistema de energia fotovoltaica na Vara de Trabalho de Barretos.

A variação de -R\$ 658.615,57 em Depreciação Acumulada corresponde ao somatório dos registros mensais de depreciação do Bens Imóveis no SIAFI, realizados diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do

Tesouro Nacional – STN (UG 170999), de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

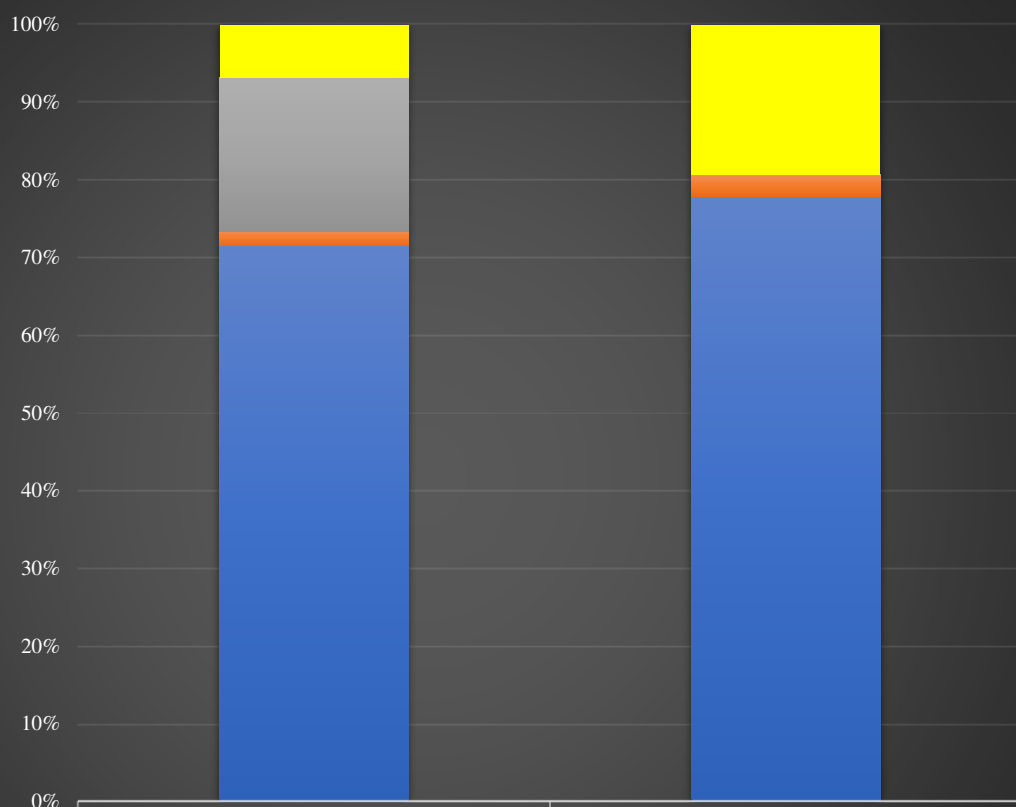
PASSIVO

O Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas pela entidade.

NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL

O Passivo Exigível de R\$ 636,3 milhões concentra-se no Circulante e está constituído pelas seguintes obrigações:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL (Em R\$ milhões)



	2025	2024
■ Demais Obrig. a CP	43,4	46,4
■ Provisões a CP	125,6	0,4
■ Fornec. e Contas a CP	11,6	6,3
■ Obrigações Trab. a CP	455,6	187,2

As Obrigações Trabalhistas sofreram um aumento de R\$ 268,4 milhões e representam cerca de 72% de todo o Passivo Exigível. Essas obrigações englobam: passivos de pessoal reconhecidos; salários; remunerações; benefícios; férias a pagar; contribuições sociais; e outros encargos sociais.

O aumento de R\$ 5,3 milhões de obrigações com Fornecedores em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, pelo aprimoramento dos procedimentos de reconhecimento e de registro das obrigações em atendimento ao Regime de Competência, em atenção às recomendações constantes nos Relatórios de Auditorias Internas das Contas Anuais e às orientações do Manual SIAFI, na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, especialmente, o item 4.2.3 que trata do registro do empenho na fase Em Liquidação, nos casos em que o fato gerador do passivo ocorrer antes da liquidação da despesa orçamentária. Este aprimoramento iniciado em 2021 vem contribuindo para mitigar as distorções nas contas dos passivos exigíveis.

As Provisões a Curto Prazo sofreram um aumento de R\$ 125,1 milhões, especialmente, em virtude da reclassificação de passivos trabalhistas que possuem prazo ou valor incerto para o cumprimento da obrigação.

As Demais Obrigações a Curto Prazo reduziram em cerca de R\$ 3 milhões, e contemplam os valores restituíveis que estão consignados, tais como: retenções previdenciárias (R\$ 1 milhão); Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF devido ao Tesouro Nacional (R\$ 15,8 milhões); Impostos e Contribuições Diversos devidos ao Tesouro Nacional (R\$ 2,3 milhões); depósitos retidos de fornecedores e glosa de encargos trabalhistas (R\$ 24,2 milhões); cauções (R\$ 81,7 mil); e valores em trânsito para quitação de fatura de Cartão de Pagamento do Governo Federal (Suprimento de Fundos) a pagar (R\$ 2,4 mil).

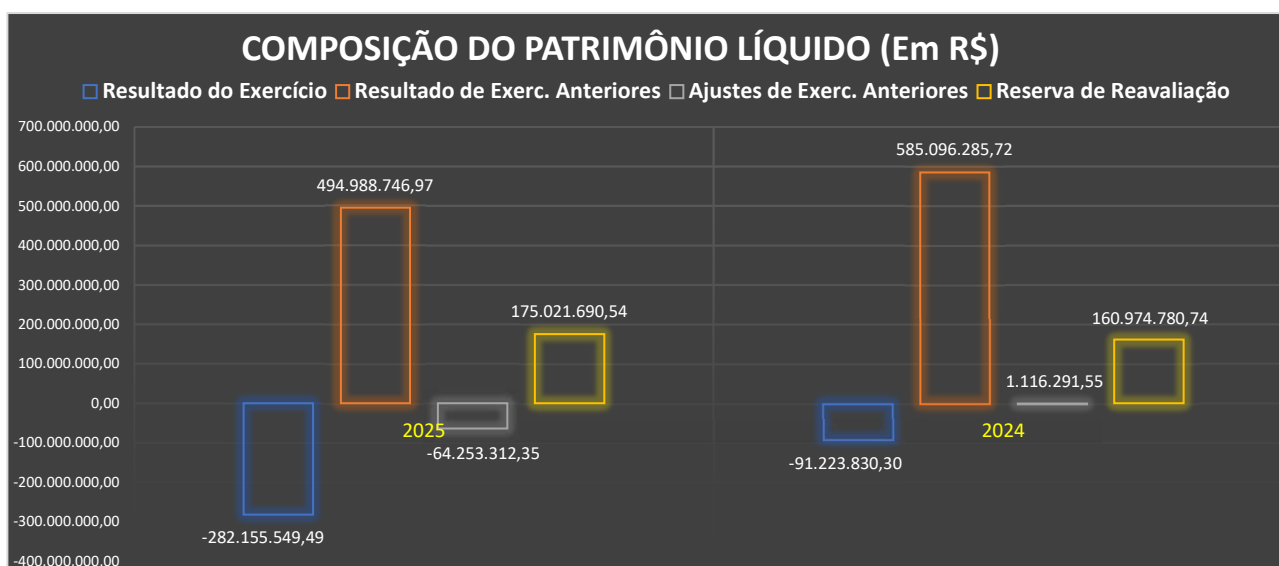
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor residual dos Ativos após deduzidos todos os Passivos corresponde ao Patrimônio Líquido, que acumulou R\$ 323,6 milhões. A redução de cerca de R\$ 332,4 milhões em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, em função do Resultado Patrimonial do Exercício, que foi deficitário (-R\$ 282,2 milhões), apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, dos Ajustes negativos de Exercícios Anteriores (R\$ -64,3 milhões) e pelo aumento da Reserva de Reavaliação (R\$ 14 milhões).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores dizem respeito aos registros e baixas de passivos trabalhistas e demais despesas reconhecidas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores. Os detalhamentos dos valores são abordados na NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, que integra as Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

A Reserva de Reavaliação é composta pelos saldos das contas 2.3.6.1.1.01.00 Reavaliação de Bens Imóveis (R\$ 175.019.818,22) e 2.3.6.1.1.03.00 Reavaliação de Bens Moveis (R\$ 1.872,32).

A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.

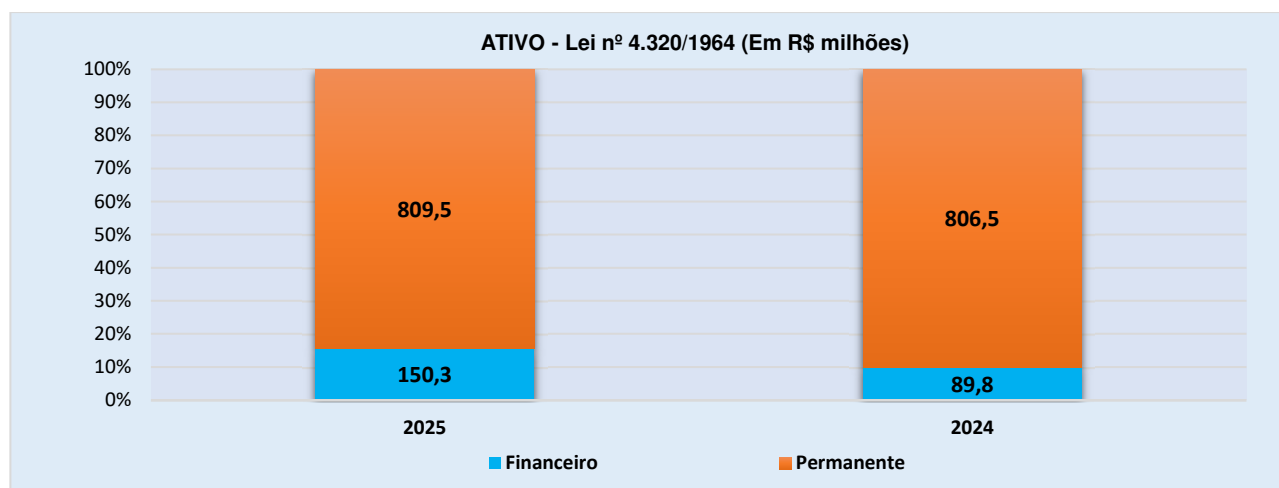


ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

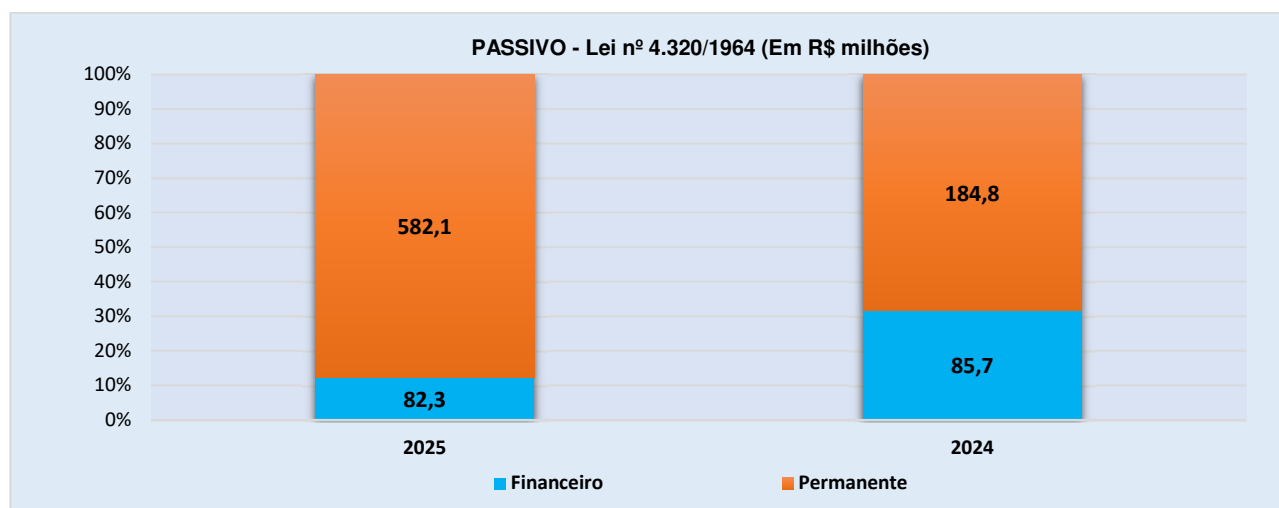
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

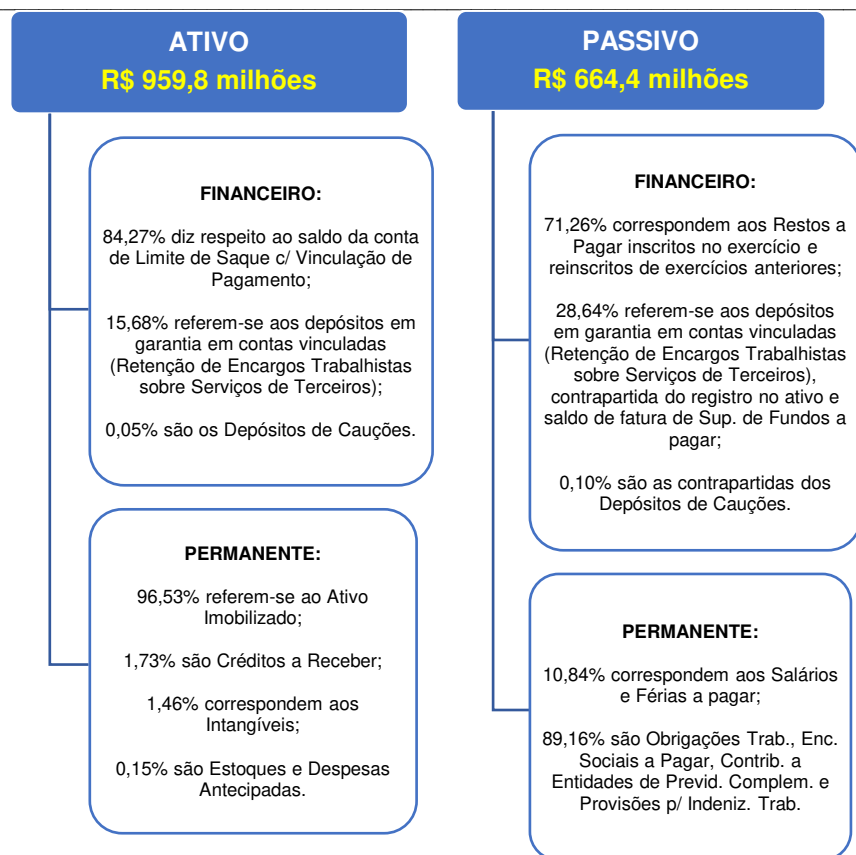
O Ativo somou R\$ 959.854.451,05, composto da seguinte maneira:



NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

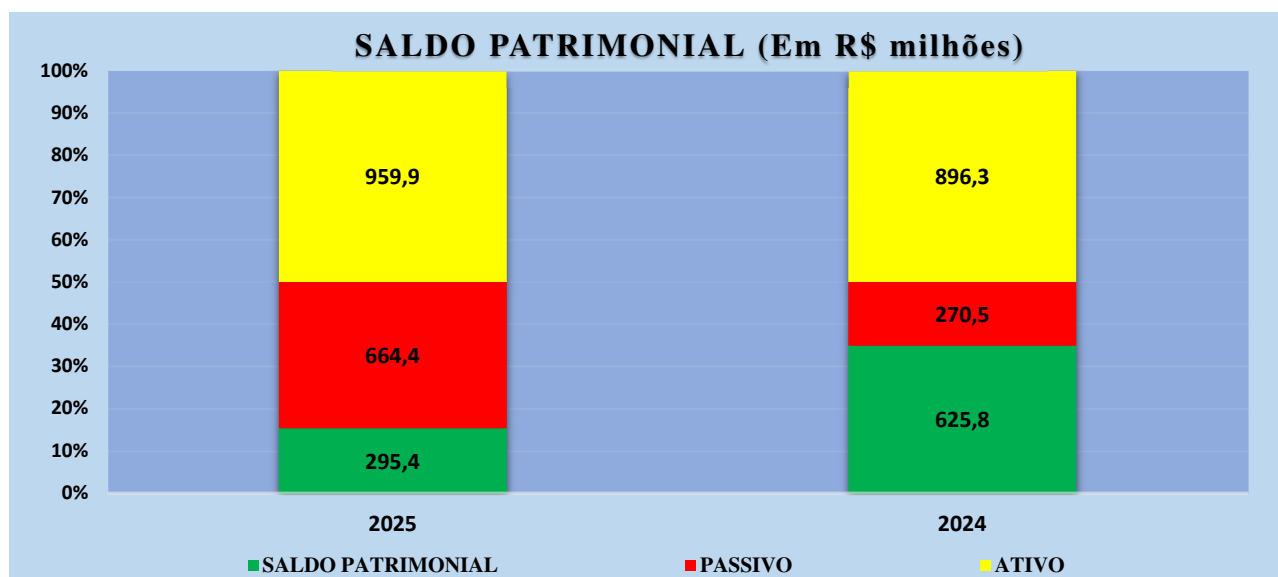
O Passivo somou R\$ 664.419.140,91, assim constituído:





NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Os Ativos aumentaram R\$ 63,6 milhões, enquanto os Passivos aumentaram R\$ 393,9 milhões, resultando em uma redução do Saldo Patrimonial de -53% (-R\$ 330,4 milhões) em relação ao exercício anterior.



O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 295.435.310,14, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 28.166.265,53 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 24.921.042,33 relativos aos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício e R\$ 3.245.223,20 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar reinscritos em 2025. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro impactam o Saldo Patrimonial.

ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Correspondem aos atos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

ATIVOS R\$ 6.496.840,44	PASSIVOS R\$ 266.750.108,61
• R\$ 4.870.245,22: Garantias e Contragarantias Recebidas (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções); e • R\$ 1.626.595,22: Direitos Contratuais de Aluguéis (Cessões Onerosas)	• R\$ 266.750.108,61: Obrigações Contratuais (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).

NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 6.496.840,44, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2025	2024	Composição	Variação	
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	%	%	R\$
Fianças a executar	140.134,29	279.092,29	2,16%	-49,79%	-138.958,00
Seguros-garantia a executar	4.648.415,04	5.608.933,94	71,55%	-17,12%	-960.518,90
Caução a executar	81.695,89	80.404,78	1,26%	1,61%	1.291,11
Contratos de aluguéis em execução	1.626.595,22	1.834.596,34	25,04%	-11,34%	-208.001,12
Total	6.496.840,44	7.803.027,35	100,00%	-16,74%	-1.306.186,91

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 75% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2025.

Os contratos de aluguéis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo PROAD 12267/2024 – Banco do Brasil, Processo PROAD 22780/2024 – Associações de Advogados Trabalhistas de Ribeirão Preto, Processo PROAD 02830/2025 – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP e Processo PROAD 22818/2024 – ANAJUSTRA, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 266.750.108,61, 72,95% referem-se a contratos de serviços, 26,75% dizem respeito aos contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado e 0,30% correspondem aos contratos de fornecimento de bens, conforme detalhado na tabela a seguir.

Exercício	2025	2024	Composição	Variação	
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$	%	%	R\$
Serviços	194.598.205,89	89.296.292,84	72,95%	117,92%	105.301.913,05
Aluguéis	71.361.175,06	70.528.300,00	26,75%	1,18%	832.875,06
Fornecimento de Bens	790.727,66	2.195.615,06	0,30%	-63,99%	-1.404.887,40
Total	266.750.108,61	162.020.207,90	100,00%	64,64%	104.729.900,71

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 68.046.234,07. Sendo composto por Recursos Não Vinculados (R\$ 12.539.442,95) e Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas (R\$ 55.506.791,12).



A seguir, o Superávit Financeiro em 2025 em relação ao exercício anterior:

EXERCÍCIO	2025	2024	VARIAÇÃO	
CONTA	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	150.349.441,19	89.826.046,15	67%	60.523.395,04
PASSIVO FINANCEIRO	82.303.207,12	85.693.974,35	-4%	-3.390.767,23
SUPERÁVIT FINANCEIRO	68.046.234,07	4.132.071,80	1547%	63.914.162,27

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 2,654 bilhões. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 95,42%, sendo composta,

majoritariamente, pelos Sub-Repasse para o atendimento dos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais – Outros Encargos Especiais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2025	2024	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	71.231.791,54	63.396.767,41	2,68%	12,36%	7.835.024,13
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	46.285.663,39	33.282.825,09	1,74%	39,07%	13.002.838,30
VPA's Financeiras	51.606,80	62.121,18	0,00%	-16,93%	-10.514,38
Transferências e Delegações Recebidas	2.532.898.289,74	2.236.741.998,07	95,42%	13,24%	296.156.291,67
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	1.136.359,19	125,69	0,04%	903996,74%	1.136.233,50
Outras VPA's	2.876.333,11	3.896.323,97	0,11%	-26,18%	-1.019.990,86
Total	2.654.480.043,77	2.337.380.161,41	100,00%	13,57%	317.099.882,36

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

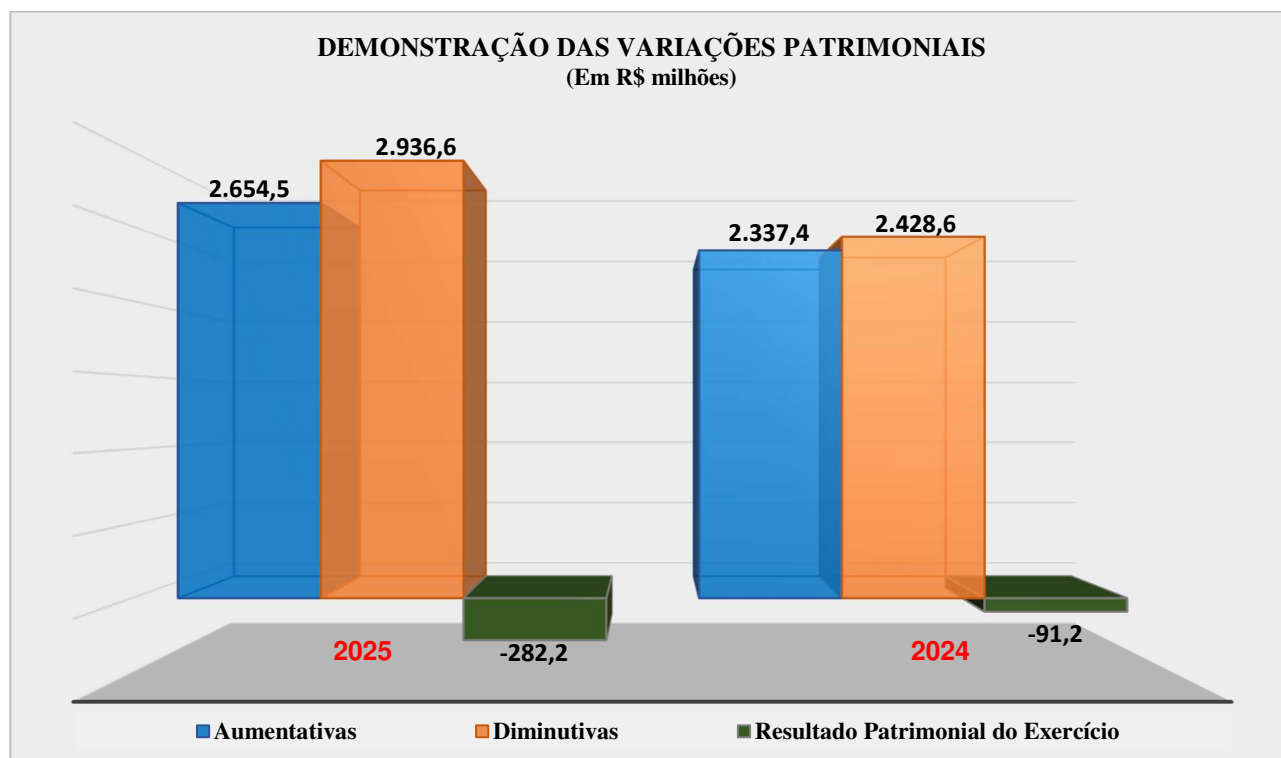
As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 2,937 bilhões. Desse total, 52,71% correspondem a despesas com Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionistas) e Encargos, 23,79% são relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo somaram 6,81% do total.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2025	2024	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.547.778.496,24	1.446.547.188,16	52,71%	7,00%	101.231.308,08
Benefícios Previd. e Assistenciais	698.693.767,32	637.976.491,41	23,79%	9,52%	60.717.275,91
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	199.899.670,66	178.592.237,80	6,81%	11,93%	21.307.432,86
VPD's Financeiras	315.425.697,78	22.581.659,68	10,74%	1296,82%	292.844.038,10
Transf. e Delegações Concedidas	125.049.198,83	116.024.427,01	4,26%	7,78%	9.024.771,82
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	38.365.248,78	17.489.926,64	1,31%	119,36%	20.875.322,14
Tributárias	7.607.651,02	6.075.682,60	0,26%	25,21%	1.531.968,42
Outras VPD's	3.815.862,63	3.316.378,41	0,13%	15,06%	499.484,22
Total	2.936.635.593,26	2.428.603.991,71	100,00%	20,92%	508.031.601,55

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi deficitário em -R\$ 282,2 milhões, com as Variações Patrimoniais Aumentativas aumentando 13,57%, enquanto as Diminutivas aumentaram 20,92%, em relação ao exercício anterior.



NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

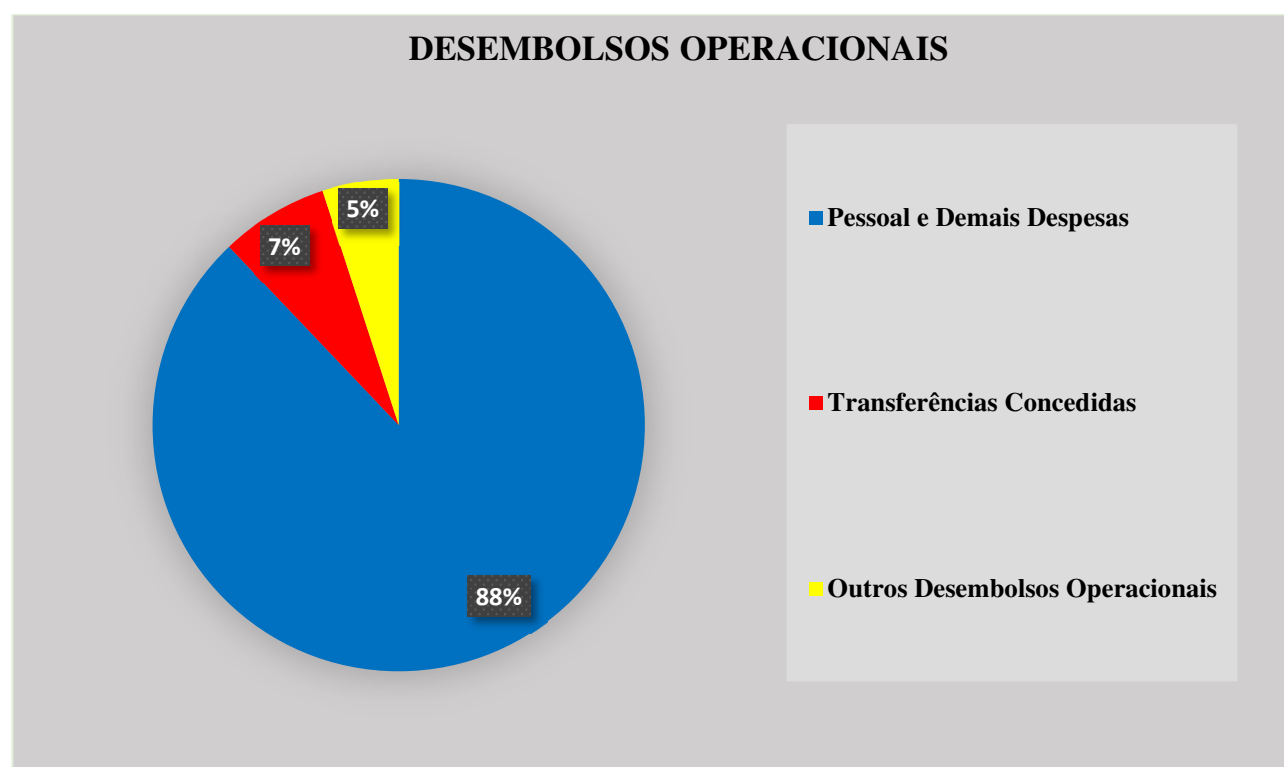
A DFC identifica:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.

NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Ingressos superaram os Desembolsos em 3% gerando um saldo positivo de R\$ 70.745.714,50. Os Ingressos totalizaram R\$ 2.667.699.696,43, sendo 95% correspondentes às Transferências Financeiras Recebidas, resultantes da Execução Orçamentária, na forma de Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 2.596.953.981,93 apresentaram a seguinte composição:

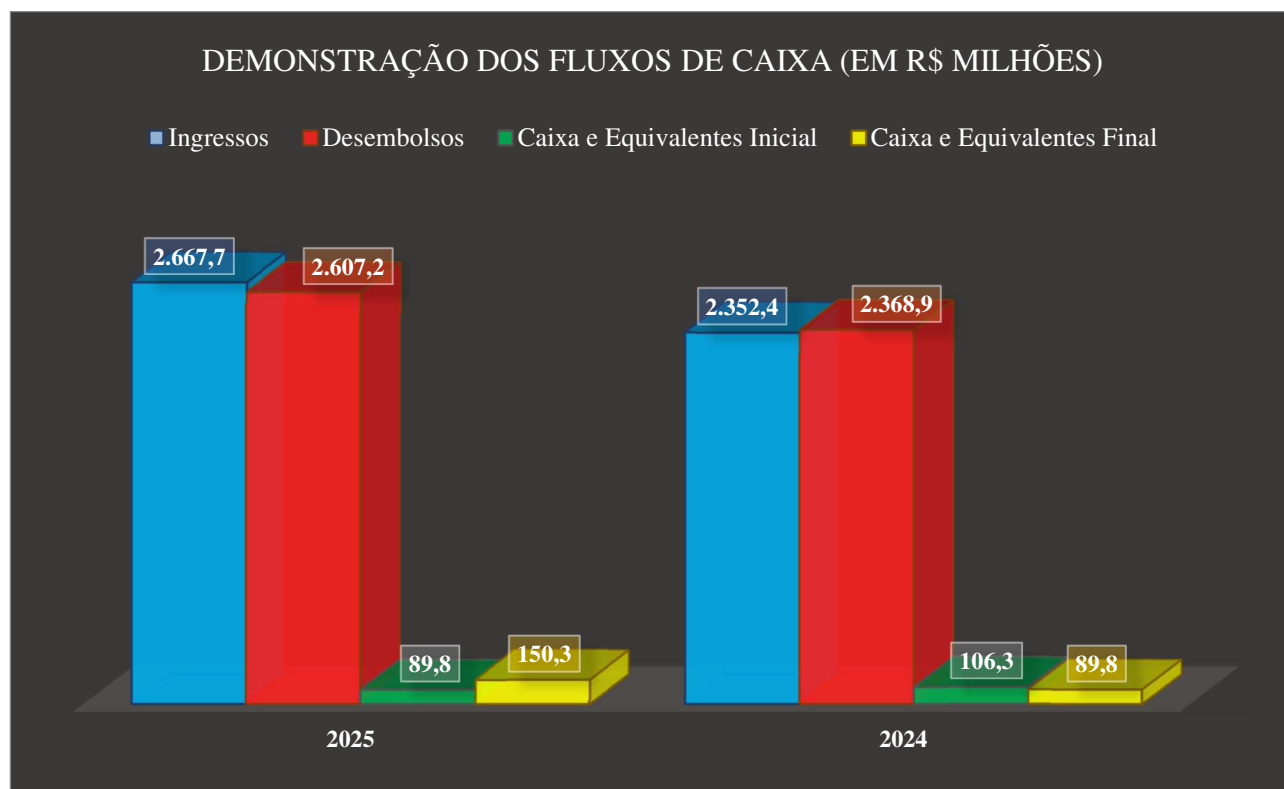


NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 10.222.319,46, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a Investimentos em Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis.

NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

Em 2025, os Ingressos Operacionais superaram os Desembolsos Operacionais e de Investimento em R\$ 60,5 milhões, aumentando o Caixa e Equivalentes em 67%, no período.



Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

Em R\$

a) INGRESSOS	2.722.923.152,98
Transferências Financeiras Recebidas	2.532.868.332,67
Recebimentos Extraorçamentários	190.054.820,31
b) DISPÊNDIOS	2.662.399.757,94
Despesas Orçamentárias	2.478.241.754,07
Transferências Financeiras Concedidas	118.339.420,46
Pagamentos Extraorçamentários	65.818.583,41
c) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES = a) – b)	60.523.395,04
d) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	89.826.046,15
e) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL = c) + d)	150.349.441,19

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

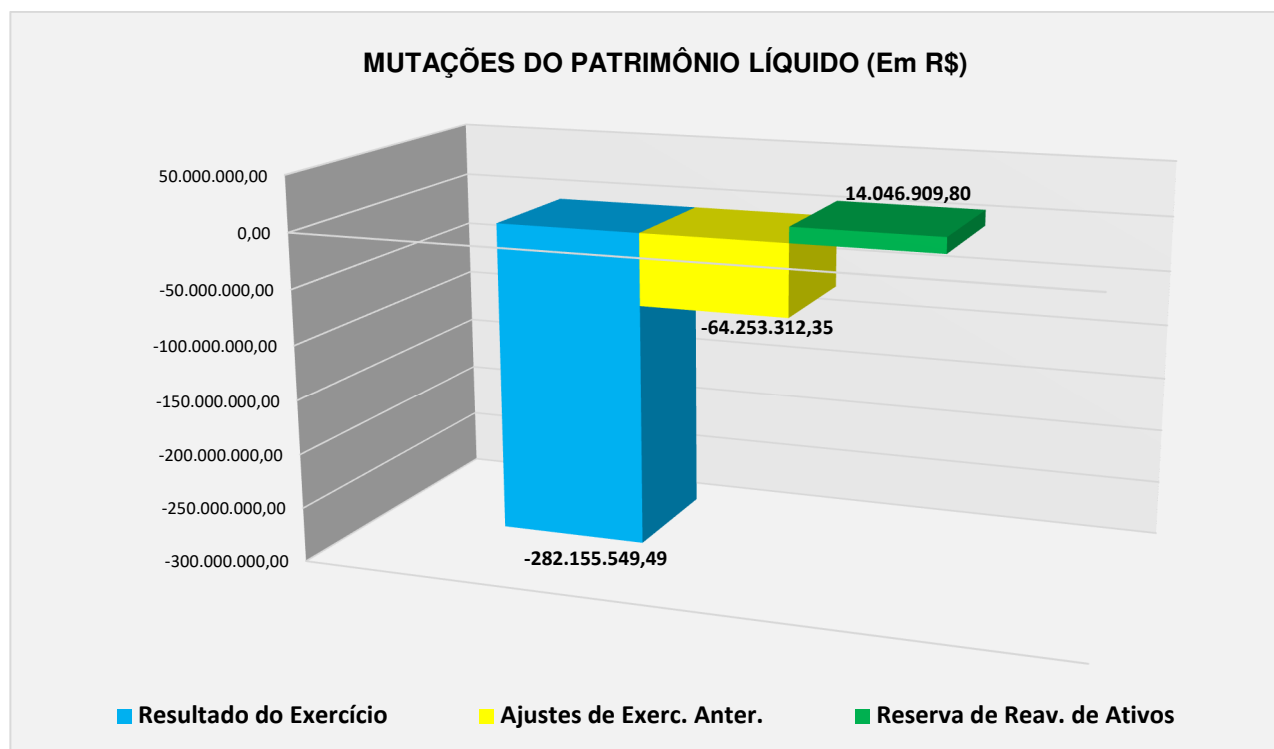
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2025, as mutações somaram cerca de -R\$ 332 milhões.



As mutações ocorridas foram as seguintes:



NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2025 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo negativo de -R\$ 64.253.312,35, assim constituído:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	SALDO - R\$
APROPRIACAO DE PASSIVO ANTERIOR - FOLHA DE PAGAMENTO DE ESTAGIARIOS DE DEZEMBRO/2024 - PROAD 00052/2025	(1.338,94)
PROAD 23266/2020-URV - ADMURVALR, ADCURVALR E ADSURVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO)- AJUSTE/ACERTO EQUIVOCO DE VALOR REFERENTE ATUALIZACAO PARA DEZEMBRO/2024 DE REGISTRO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 007/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	6.098.545,42
PROAD 23266/2020-URV - ADMURVALR E ADSURVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO)- AJUSTE/ACERTO COMPLEMENTA 2025NS000181 REFERENTE ATUALIZACAO PARA DEZEMBRO/2024 DE REGISTRO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 007/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	(0,02)
PROAD 23266/2020-URV - ADMURVALR E ADSURVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO)- VAIXA PARCIAL DE REGISTRO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SSORP 110 E 143/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/01/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	338.001,39
PROAD 23266/2020-URV - ADMURVALR E ADSURVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO)- BAIXA PARCIAL DE REGISTRO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SSORP 110 E 143/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/01/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	23.571,62
PROAD29492/2022 - AJUSTE/ACERTO DA 2024NS029467 PARCIAL REF.BAIXA DO REGISTRO DO PASSIVO - GN INATIVO (ATUAL.DEZ/2024) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 17,42 E 64/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 16 E 21/01/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REF 2024 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(25.628,37)
PROAD29492/2022 - AJUSTE/ACERTO REFERENTE REGISTRO DO PASSIVO - LICENCA PREMIO INDENIZADA (ATUALIZADA PARA DEZ/2024)- ADSLICPIN (MARIA NAZARETH MARIN DA SILVA CENTIVILL) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 42 E 64/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 16 E 21/01/2025. REFERENTE 2024 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(15.127,90)
APROPRIACAO DE PASSIVO ANTERIOR - PAGAMENTO DE REAJUSTE DE TAXA DE ADMINISTRACAO DE 2024 - PROAD 10.660/2020.	(407,34)
PROAD02584/2025 - NF 44211 - SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA (PATRIMONIAL) - REAJUSTES 2022 A 2024 - EXERCICIOS ANTERIORES - EXERCICIOS ANTERIORES	(1.115,21)
ALTERACAO DA SITUACAO DE LPA303 PARA LPA330.	(689,98)
PROAD27013/2024 - NFS 25856 + 25857 - SERVICOS DE TELEFONISTA - OUTUBRO/2023 A OUTUBRO/2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(34,88)
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO (PROGRESSAO-262.792,44 E ADICIONAL DE QUALIFICACAO-38.751,99) CONFORME INFORMACOES CPAG/SPS 78, 252 E 259/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/01/2025 E 10/03/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	301.544,43
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO PATRONAL(PROGRESSAO-25.793,91 E ADICIONAL DE QUALIFICACAO-3.680,33) CONF. INFORMACOES CPAG/SPS 78, 252 E 259/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/01/2025 E 10/03/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	29.474,24
PROAD 29492/2022 - ATUALIZACAO DE REGISTRO DO PASSIVO PARA DEZ/2024(PROGRESSAO-4.825,57 E ADICIONAL DE QUALIFICACAO-939,00) CONF. INFORMACOES CPAG/SPS 78, 252 E 259/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/01/2025 E 10/03/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(5.764,57)
PROAD 19850/2021-BAIXA TOTAL REGISTRO DO PASSIVO -GECJ-(DRA. MILENA CASACIO FERREIRA BERALDO)CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 453/2023 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 25/05/2023.CERTIDAO CPAG/SPM 1036/2024 DE 15/10/2024.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RES.137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA,DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021.REFERENTE 2023-AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES.PROAD RECEBIDO:17/03/25	4.915,15
PROAD 16470/2023-BAIXA TOTAL REGISTRO DO PASSIVO -SUBST-(1MAGISTRADA E 2 MAGISTRADOS)CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 949/2023 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 24/10/2023.CERTIDAO CPAG/SPM 285/2024 DE 20/05/2024.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RES.137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA,DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFICSJT NR. 1,DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021.REFERENTE 2023-AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES.PROAD RECEBIDO:17/03/2025	288,67
PROAD04676/2024 - TELEFONIA FIXA INTERURBANA - EMBRATEL/CLARO - 06 FATURAS - MAIO/2024 + JULHO/2024 + AGOSTO/2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(130,04)
PROAD34417/2023 - NFS-E: 15424120 + 15424121 - SERVICO DE EMISSAO DE CERTIFICACOES DIGITAIS - DEZEMBRO/2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(420,00)
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES COM CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO - EXERCICIO DE 2020 - IMOVEL DA RUA LUIZ PREVIEIRO, 91 - VARA DO TRABALHO DE SAO JOAO DA BOA VISTA - ACERTO DE CONTA	(137,08)



PROAD04893/2025 - NFS-E 15781 - SERVICOS DE ELETRICISTA, OFICIAL DE MANUTENCAO, MONTADOR DE MOVEIS, ENGENHEIRO MECANICO E EN-CARREGADO GERAL - HORAS EXTRAS 2023 E 2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(731,11)
PA PARA FOLHA EXTRA DE ESTAGIARIOS REFERENTE A EXERCICIOS ANTERIORES DE ABRIL/2025 PROAD:7736/2025	(363,93)
PROAD18071/2023 - NF 2474 - PRESTACAO DE SERVICOS DE JARDINAGEM - DEZEMBRO DE 2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(2.354,54)
PROAD00679/2023 - NFS: 1511 - SUPORTE TECNICO A BANCO DE DADOS - REAJUSTE OCORRIDO EM DEZEMBRO/2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(1.647,55)
PROAD25522/2021 - NF 65147 - INSTALACAO E CONFIGURACAO DE SOLUCAO DE SEGURANCA ENDPOINTS - DIFERENCAS DE REAJUSTE REF. AO ANO DE 2022 - EXERCICIOS ANTERIORES	(8.191,30)
PROAD25522/2021 - NF 65149 - INSTALACAO E CONFIGURACAO DE SOLUCAO DE SEGURANCA ENDPOINTS - DIFERENCAS DE REAJUSTE REF. AO ANO DE 2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(2.442,55)
PROAD10114/2020 - MEMORANDO Nº 182/2025-CCT (DOC.348) - REEMBOLSO DE DESPESAS COM REPARO EM CAIXAS DE DESCARGA - VT ITAPEVA - DEZEMBRO/2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(530,00)
BAIXA DO SALDO ALONGADO RESIDUAL, COM BASE NOS SALDOS CONSTANTES DOS RELATORIOS RMB E DE DEPRECIACAO ACUMULADA, EMITIDOS PELA COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGISTICA, EM CONFORMIDADE COM O COMUNICA SIAFI Nº 2025/3575178, REFERENTE A BAIXA DO SALDO DA RESERVA DE REAVALIACAO DE BENS MOVEIS, CONFORME ORIENTACAO DO CSJT.	767,48
PROAD000020/2025 - DESPESAS COM HONORARIOS PERICIAIS DA JUSTICA GRATUITA (PERITOS FALECIDOS RRA) - EXERCICIOS ANTERIORES (REF. EXERCICIO DE 2024). ESTORNO TOTAL DA 2025NS012476 - PA 298 PARA ACERTO DE 33.221.01.00 PARA 23.711.03.00 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES CONFORME DOC. 243 (CLASSIFICACAO ORCAMENTARIA E CONTABIL).	(7.228,40)
PROAD07788/2025 - BOLETO 1895279218 - MULTA ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE AUTO DE INFRACAO, CONFORME INFORMACAO (DOC. 5) - IMOV-EL DE TATUI (INSCRICAO IMOBIL IARIA 0923.0094) - JUNHO/2025	(13.747,46)
PROAD01113/2024 - REEMBOLSO DE DESLOCAMENTO (PASSAGENS RODOVIARIAS, COMBUSTIVEIS E PEDAGIOS) DE SERVIDORES, DE ACORDO COM O ATO REGULAMENTAR GP 15/2011 - EXERCICIOS ANTERIORES (2023). PROCESSOS 886/2023 E 887/2023.	(176,40)
PROAD 13321/2024 - LICENCA COMPENSATORIA - ADMOUTROS (AMATRA XV) - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACOES CPAG/DPM 717 E 734/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS SUBSTITUTA EM 07 E 10/07/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024,JAN/2024.AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES (2024).	74.973,13
PROAD 13321/2024 - LICENCA COMPENSATORIA - ADMOUTROS (AMATRA XV) - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMA-COES CPAG/DPM 717 E 734/2025 E DESPACHOS DA ORDENADORA DE DESPESAS SUBSTITUTA EM 07 E 10/07/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIO-RES (2024).	17.593.140,39
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES COM TAXAS MUNICIPAIS - EXERCICIO DE 2022 - IMOVEL DA RUA JOAQUIM LYRA BRANDAO, 147 - VARA DO TRABALHO DE BOTUCATU	(236,88)
APROPRIACAO DE PASSIVO ANTERIOR - FOLHA EXTRA AUXILIO FUNERAL - EXERCICIOS ANTERIORES - JULHO/25 - PROAD 24601/2025.	(36.515,95)
PROAD00723/2024 - NFS-E 0001588 - PRESTACAO DE SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO (COPA) - OUTUBRO/2024 A DEZEMBRO/2024 - REAJUSTE - EXERCICIOS ANTERIORES	(9,10)
PROAD21169/2020 - NF 71001 - MONITORAMENTO DE ALARME - DIFERENCA DE REAJUSTE DE 2024 - EXERCICIOS ANTERIORES	(3.590,49)
PROAD21616/2021 - NFS: 41560 - MANUTENCAO DE ELEVADORES (VT DE CRAVINHOS) - REAJUSTE REFERENTE A 2022 - EXERCICIOS ANTERIORES	(369,53)
PROAD02952/2023 - NFS: 45205 + 45206 - REFERENTE A PRESTACAO DE SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA (VIGILANCIA PATRIMONIAL E MONITORA-MENTO), VIGILANCIA DESARMADA (INSPETOR) E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE BRIGADISTA, PRESTADOS NAS UNIDADES DAS CIRCUNSCRICOES I, III, VI E VIII DO TRT15 - REAJUSTE REFERENTE A 2024 E 2025 - EXERCICIOS ANTERIORES	(26,16)
PROAD01845/2018 - AGUA E ESGOTO - OURINHOS - UNIDADE CONSUMIDORA: 150362-6 - NOVEMBRO DE 2024 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (AGUA E ESGOTO) - AJUSTE DE EXECICIOS ANTERIORES	(35,73)
PROAD00070/2020 - ENERGIA - EDP - 2 FATURA(S) - CRUZEIRO - ABRIL/2022 + MARCO/2023 - EXERCICIOS ANTERIORES	(6.021,68)
PROAD01617/2025-ATS- ADMATSERV (ASSESSORIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS) REGISTRO DE PASSIVO NO SIAFI (EMBORA ESTIVESSE NO MGP) CONFORME INFORMACOES CPAG/SPM 1144 E 1150/2025. (PERIODO DE JUNHO 2006 A DEZEMBRO 2023), ATUALIZADOS PARA OUTUBRO/2025. (TEM PARTE AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES).	(184.838.278,35)
PROAD 01039/2024 - LICENCA COMPENSATORIA - ADMOUTROS (DR. AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS) - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 542/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 17/11/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTE-RIORES (2024).	17.740,03
PROAD 29492/2022 - DIVERSAS INSCRICOES GENERICAS - DIVERSAS SERVIDORAS E SERVIDORES - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CON-FORME INFORMACAO CPAG/DPM 1386/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 01/12/2025. ART. 12. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIO-RES.	539.510,49
PROAD 29492/2022 - DIVERSAS INSCRICOES GENERICAS - DIVERSAS SERVIDORAS E SERVIDORES - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CON-FORME INFORMACAO CPAG/DPM 1386/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 01/12/2025. INSCRICAO GENERICA (IG). AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	4.155.709,66
PROAD 29492/2022 - DIVERSAS INSCRICOES GENERICAS - DIVERSAS SERVIDORAS E SERVIDORES - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CON-FORME INFORMACAO CPAG/DPM 1386/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 01/12/2025. INSCRICAO GENERICA (IG). AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	310.867,85
PROAD 23266/2020 - URV - DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS, DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACOES CPAG/DPM 1358 E 1406/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 25/11/2025. INSCRI-CAO GENERICA (IG). AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	82.291.625,36
PROAD 23266/2020 - URV - URVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO) - REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACOES CPAG/DPM 1358 E 1406/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 25/11/2025. COMPLEMENTA 2025NS026654.	(40.162,43)
PROAD 29492/2022 - DIVERSAS INSCRICOES GENERICAS - DIVERSAS MAGISTRADAS E DIVERSOS MAGISTRADOS E DIVERSAS SERVIDORAS E DIVER-SOS SERVIDORES - REGISTRO DA PROVISAO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1386/2025 E TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DA ORDE-NADORA DE DESPESAS EM 01/12/2025.	(3.130,96)
PROAD 29492/2022 - DIVERSAS INSCRICOES GENERICAS - DIVERSAS MAGISTRADAS E DIVERSOS MAGISTRADOS E DIVERSAS SERVIDORAS E DIVER-SOS SERVIDORES - REGISTRO DA PROVISAO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1386/2025 E TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DA ORDE-NADORA DE DESPESAS EM 01/12/2025.	(236,92)

PROAD27682/2019 - SERVICOS DE TELEFONISTAS - REFERENTE AS DIFERENCAS RETROATIVAS MENSAS DECORRENTES DA REPACTUACAO DE PRECOS, NOS TERMOS DO DESPACHO SOF (DOC. 1078) - EXERCICIOS ANTERIORES	(1.363,23)
PROAD 23342/2022 - PAE - ADCPAEAX - DIVERSAS MAGISTRADAS E DIVERSOS MAGISTRADOS - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 1523/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	1.554.570,51
PROAD 23341/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS, DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES - PAEAX - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 1515/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	3.540.045,74
PROAD 23341/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS - PAEAX - RETIFICACAO DE ACORDO COM MGP E REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 1515/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025.	(10.022,21)
PROAD 23343/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS - PAEAX - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1534/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	1.250.989,11
PROAD 23343/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS - PAEAX - RETIFICACAO DE ACORDO MGP E REGISTRO DO PASSIVO ATUALIZADO PARA DEZEMBRO/025 CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1534/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025.	636.008,29
PROAD 23337/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS - PAEAX - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1527/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	2.067.373,45
PROAD 23337/2020 - PAE- DIVERSAS MAGISTRADAS, DIVERSOS MAGISTRADOS - PAEAX - RETIFICACAO DE ACORDO MGP E REGISTRO DO PASSIVO ATUALIZADO PARA DEZEMBRO/025 CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 1527/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2025.	(55.127,57)
PROAD16320/2022 - NFS-E 1798 - AQUISICAO DE CARTOES DE VISITA PERSONALIZADOS - MAPA DE OUTUBRO/2023 (2023NP004867) - REGULARIZACAO DE CONTA COM SALDO INVERTIDO, EM DECORRENCIA DO CANCELAMENTO DO EMPENHO 2023NE000719	360,00
	(64.253.312,35)

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

BENS MÓVEIS

No Exercício de 2021 foram realizadas reavaliações de Bens Móveis das Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos. Estas reavaliações constituíram os saldos iniciais da Reserva de Reavaliação de Ativos (R\$ 3.546,52). Foram deduzidos: em 2022 R\$ 227,04; em 2023 R\$ 226,56; em 2024 R\$ 226,56; e em 2025 R\$ 994,04, fruto dos registros de depreciações acumuladas dos bens reavaliados, em conformidade com o constante na Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, que informou a alteração e atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. A atualização passou a contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFI Web para a contabilização da reavaliação de Ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação.

Foi realizada a baixa do saldo alongado residual de Máquinas e Equipamentos Gráficos, com base nos saldos constantes dos Relatórios RMB e de Depreciação Acumulada, emitidos pela Coordenadoria de Material e Logística, em conformidade com o Comunica SIAFI N° 2025/3575178, conforme orientação do CSJT.

O saldo restante que compõe a Reserva de Reavaliação de Bens Móveis é o seguinte:

Conta Contábil – 2.3.6.1.1.03.00 – Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	Saldo (R\$)
1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais	1.872,32
TOTAL	1.872,32

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os procedimentos de Reavaliação de Bens Móveis constam do Proad 6028/2020. Em 2021, foram realizadas reavaliações em duas Contas Contábeis de menor complexidade para fins de identificação e análise de eventuais inconsistências para que, após corrigidas, fosse possível realizar a reavaliação completa dos Bens Móveis que necessitam ser reavaliados.

Durante a análise de conformidade das reavaliações, foram identificadas inconsistências dos valores registrados no Sistema de Controle de Material e Patrimônio.

A Gestão Patrimonial analisou as possibilidades de registros das reavaliações, dos novos valores residuais, de estimativas de vida útil e de depreciações no Sistema de Controle de Material e Patrimônio, e identificou a impossibilidade de registrar corretamente as reavaliações. As ações que estão sendo tomadas pelas áreas responsáveis constam no referido Processo Eletrônico.

BENS IMÓVEIS

Conforme o Manual de Regularizações Contábeis (Manual SIAFI) no final do mês de julho de 2023, os eventos de reavaliação de bens imóveis parametrizados no SPIUnet foram alterados, de forma que a contabilização do referido fato passou a ser feita na conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, conforme prevê o item 54 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017.

Em novembro de 2023, houve atualização/reavaliação dos Bens Imóveis, que é realizada periodicamente (normalmente a cada 2 anos) pela Gestão Patrimonial, diretamente no Sistema SPIUnet, com reflexos no SIAFI, no total de R\$ 86.376.819,16, sendo que essas reavaliações já foram contabilizadas na conta 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP.

Houve a baixa dos saldos de Instalações no total de R\$ 2.301.785,06, que foram incorporados aos respectivos bens, sendo R\$ 196.800,00 relativo à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro, R\$ 1.709.085,06 relativo à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial e R\$ 395.900,00 relativo à Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de São João da Boa Vista.

Em atenção aos novos procedimentos de constituição de Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis, a Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN (UG-170999) realizou em dezembro a transferência de saldo da conta contábil 23711.02.01 para a 23611.02.00, decorrente de lançamentos efetuados na conta contábil 4611102.00 nos exercícios de 2021 e 2022, ponderando-se os registros efetuados na conta contábil 36111.02.00 nos referidos períodos, no total de R\$ 77.129.793,48.

Em 2024, no mês de agosto, houve ajuste no valor de R\$ 454.707,28, no saldo da conta 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, em virtude da

regularização de saldos de Depreciação de Imóveis, em atendimento à Mensagem SIAFI 2024/3861038 – Conciliação da Depreciação SPIUnet e SIAFI e ao disposto na Macrofunção 021006 – Manual de Regularizações Contábeis, item 4.4, referente a acertos do Exercício Financeiro de 2024.

A Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN (UG-170999) realizou, em 22/01/2025, a transferência do saldo total da conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP para a conta contábil 23611.01.00 – Reavaliação de Bens Imóveis e, em 30/01/2025, realizou a apuração da reserva de reavaliação por classe do imóvel, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024 – Plenário (Documento SIAFI 2024NL063810), ambos os registros com efeitos retroativos a 31/12/2024.

O último registro retroativo realizado pela CCONT/STN gerou saldo invertido no valor de R\$ 100.000,00 na conta corrente “P 123210104” da conta 23611.01.00 – Reavaliação de Bens Imóveis. Fato que ensejou o envio de Mensagem Comunica SIAFI “2025/3138877 Saldo invertido conta corrente P 123210104 na Conta Contábil 2.3.6.1.1.01.00 - NL da UG 170999 CGC” à Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil da Justiça do Trabalho - CSJT (UG-080017), uma vez que o SIAFI já estava fechado para a UG 080011 – TRT da 15ª Região, conforme cronograma de Encerramento do Exercício. O acerto do saldo invertido foi realizado pela Coordenadoria de Contabilidade do TRT da 15ª região em 31/01/2025, tendo sido ratificado pela Setorial Contábil em 19/02/2025, mediante e-mail da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT.

Nos meses de setembro de 2025, foram realizadas reavaliações de todos os Terrenos, e em novembro foram reavaliados dois Edifícios (localizados em Ribeirão Preto e Votuporanga). As reavaliações foram realizadas por empresa especializada contratada. As reavaliações somaram R\$ 15.988.072,80, no período e seus detalhes constam juntados no Proad 27092/2021.



Segue saldo da Conta de Reavaliação de Imóveis:

Conta Contábil	236110100 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	
Conta Corrente	Bem Imóvel	Saldo - R\$
6165000205005	Araras	554.070,71
6209000295000	Barretos	1.219.453,80
6219000105003	Bauru	105.379,06
6229000145002	Birigui	480.201,37
6249000485002	Botucatu	512.444,02
6291000735000	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	1.281.785,14
6291002845007	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	28.983.219,18
6291002885009	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	59.851.554,14
6291018225003	Campinas (FT Campinas)	35.176.203,61
6305000065008	Capão Bonito - Campinas (Bairro Taquaral)	566.064,04
6323000475000	Catanduva	2.494.167,82
6369000115001	Cruzeiro	913.370,61
6411000055003	Fernandópolis	625.881,91
6425000155008	Franca (Av. Sete de Setembro)	1.568.022,36
6547000075001	Itapetininga	714.443,25
6555000075002	Itápolis	553.217,95
6583000095009	Ituverava	1.106.212,24
6587000095001	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	1.696.093,82
6597000025000	Jales	270.980,31
6607000025001	Jaú	530.908,16
6637000055000	Lençóis Paulista (1ª VT)	860.250,74
6643000265009	Lins	398.403,47
6681000265001	Marília	1.088.129,94
6687000025000	Matão	295.753,62
6687000075007	Matão	1.197.454,77
6715000135009	Mogi Guaçu	1.512.119,05
6717000025005	Mogi Mirim	413.835,36
6875000175000	Piracicaba	1.498.364,53
6915000135001	Porto Ferreira	1.043.559,99
6929000365007	Presidente Prudente	3.276.451,79
6969000445000	Ribeirão Preto (Sede FT)	4.186.683,94
6979000095006	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	2.050.163,34
7079000935002	São Carlos	6.099.062,65
7083000025004	São João da Boa Vista	797.529,85
7095000055004	São José do Rio Pardo	436.237,31
7097000595005	São José do Rio Preto	3.706.102,43
7099005205007	São José dos Campos	4.536.890,18
7145002235000	Sorocaba	1.872.124,89
7245000035000	Votuporanga (Rua Alagoas, 2915 - Chácara Aviação)	131.434,50
7245000405001	Votuporanga (Rua Luiza Passarim Maricato, s/n - Jd.Universitário)	415.592,37
Total		175.019.818,22

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2025, o Passivo Contingente somou cerca de R\$ 202.114.532,13, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$

PASSIVOS CONTINGENTES	TOTAL
Incorporações/atualizações de quintos/décimos. Vantagem Pessoal Nominalm. Identificável (VPNI).	194.387.452,56
Diferenças retroativas decorrentes de reemb. de desp. com remun. e enc. sociais para órgãos cedentes.	7.442.653,79
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes às Diferenças de Proventos e Pensões.	254.763,43
Abono de Permanência.	29.662,35
SALDO EM 31/12/2025	202.114.532,13

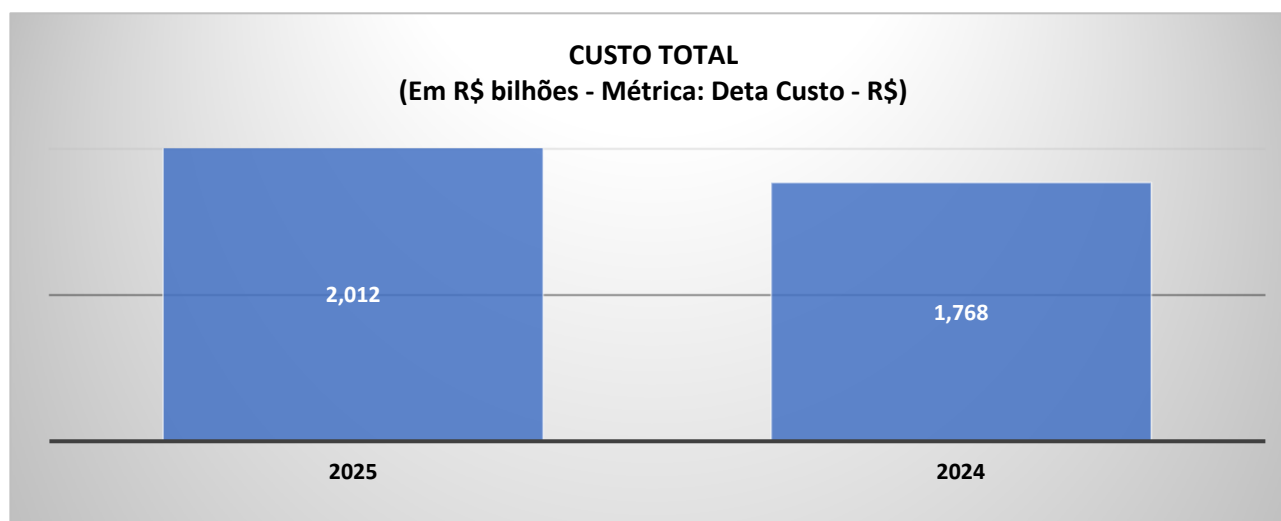
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

CUSTOS OPERACIONAIS

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 15000 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > CUSTOS > Relatório de Gestão > Relatório de Gestão 2026”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2025 o Custo Total foi de, aproximadamente, R\$ 2,012 bilhões, cerca de 14% maior que no ano anterior.



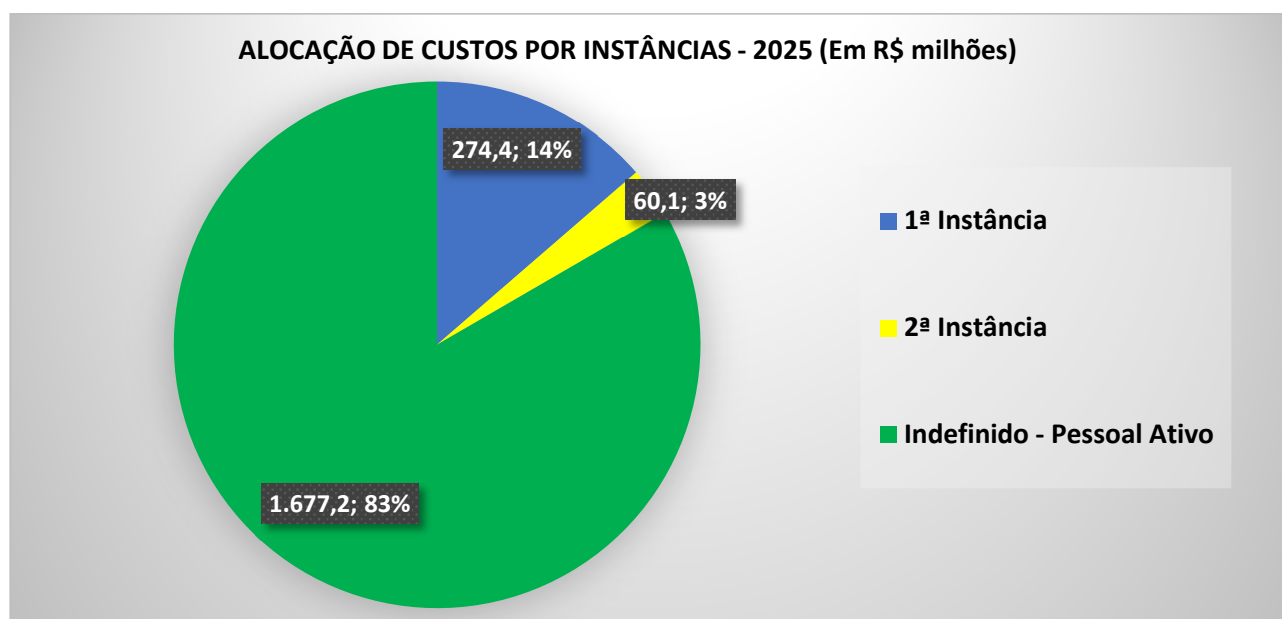
Fonte: Tesouro Gerencial/Relatórios Compartilhados/Consultas Gerenciais/Relatórios de Bancada dos Órgãos Superiores/15000 – Justiça do Trabalho/00. Conselho Superior da Justiça do Trabalho/SEOFI/CUSTOS/Relatório de Gestão/Relatório de gestão 2026. 03/03/2026 15:18.

Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

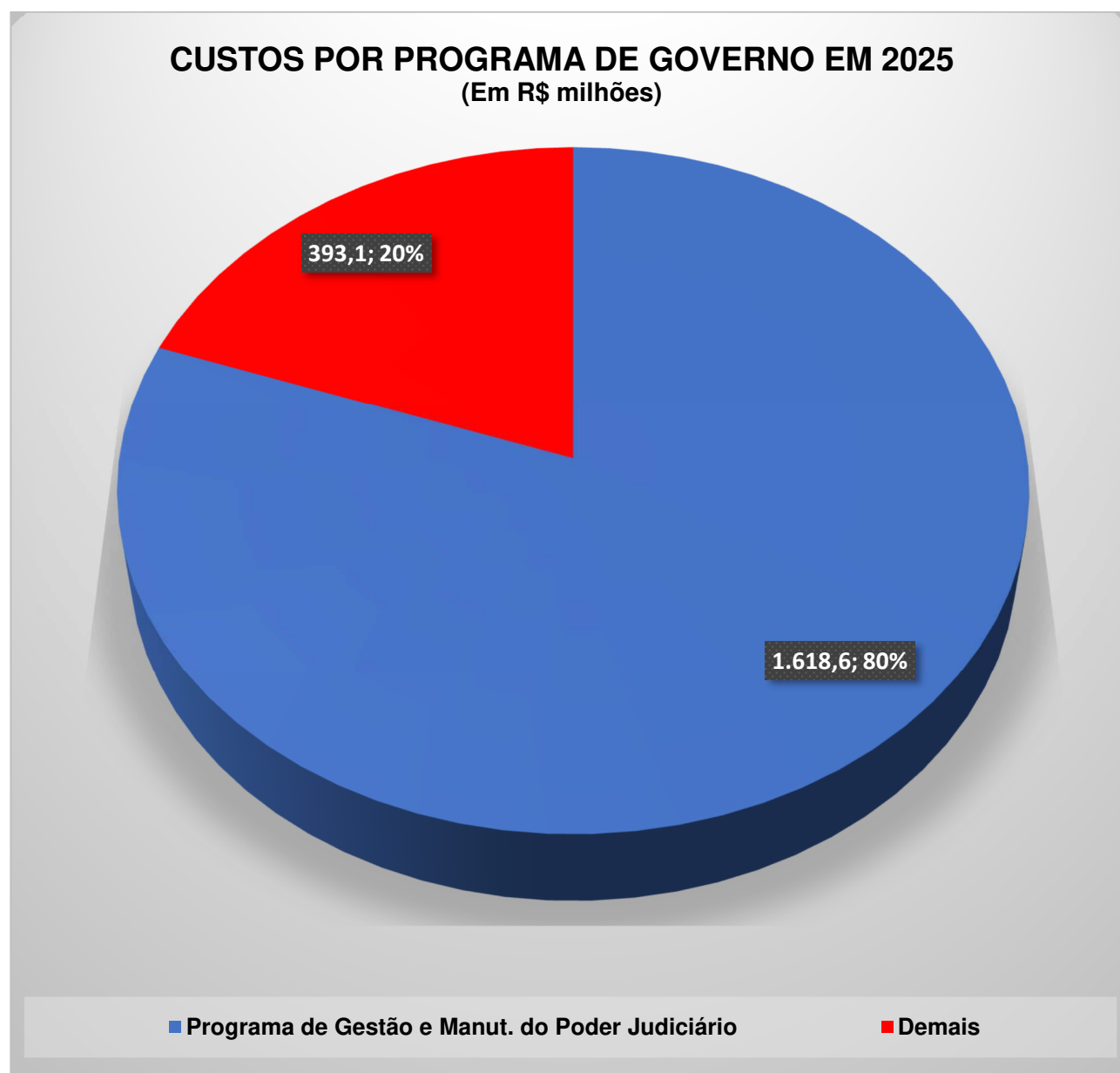
Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov. A Cartilha está em sua 7ª Edição, atualizada até agosto de 2025.

Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados por instâncias, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.

A seguir, os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2025.



Cerca de 80% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.



A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.

Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Indefinidos (Pessoal Ativo e respectivos Encargos Sociais).

